



# AEPED-PB

AGENDA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PESSOA  
COM DEFICIÊNCIA DA PARAÍBA / 2022 - 2025



SECRETARIA DE ESTADO  
DO DESENVOLVIMENTO  
HUMANO



GOVERNO  
DA PARAÍBA



## **Ficha Técnica**

### **Organização**

Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPcD)

### **Equipe de Pesquisa, Sistematização e Redação**

Laíla Pereira Gomes da Silva

Maria Luiza Pereira Leite

Maria Emília de Oliveira Alves

### **Colaboração**

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH; Secretaria de Estado da Educação – SEE; Secretaria de Estado da Saúde – SES; Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social – SEDS; Secretaria de Estado do Governo; Secretaria de Estado da Comunicação Institucional – SECOM; Secretaria de Estado da Cultura – SEC; Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG; Secretaria de Estado da Interiorização da Ação do Governo – SEIAG; Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH; Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico – PBTUR; Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL; Secretaria de Estado da Infra-estrutura – SEIE; Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP; Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD

### **Revisão**

Laíla Pereira Gomes da Silva

Maria Luiza Pereira Leite

Anaíra Souto Camilo

### **Design gráfico – Identidade Visual e Apresentação**

Douglas Freire de Lima Albuquerque Ramos



C733a Comitê Gestor de Políticas Públicas de Inclusão do Estado da Paraíba.

Agenda de ações estratégicas para pessoa com deficiência da Paraíba 2022-2025 / Revisão de Laíla Pereira Gomes da Silva; Maria Luiza Pereira Leite; Anaíra Souto Camilo e Maria Emília de Oliveira Alves. João Pessoa: CGPcD, 2022.

71p.

ISBN 978-85-68429-02-0

1. Políticas públicas – pessoas com deficiência. 2. Educação especial. 3. Inclusão -pessoas com deficiência. 4. FUNAD – Paraíba. I. Título.

CDU – 376-056.2

Ana Maria N. Henriques e Silva - Bibliotecária - CRB 0017



João Azevedo  
**Governador da Paraíba**

Lígia Feliciano  
**Vice-Governadora**

Tibério Limeira  
**Secretário de Estado de Desenvolvimento Humano**

Simone Jordão  
**Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD)**



SECRETARIA DE ESTADO  
DO DESENVOLVIMENTO  
HUMANO



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

João Pessoa  
2022



## **COMITÊ GESTOR ESTADUAL DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - (CGPcD)**

### **I - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH**

CARLOS TIBÉRIO LIMEIRA SANTOS FERNANDES - Titular

MARIA EMÍLIA DE OLIVEIRA ALVES - Suplente

### **II - Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia – SEECT**

JULIANNE CORREIA DE FIGUEIREDO - Titular

KALINA LIGIA BRAZ TORRES - Suplente

### **III - Secretaria de Estado da Saúde – SES**

HÉLIO SOARES DA SILVA - Titular

KARINA ALVES SOARES DA SILVA - Suplente

### **IV - Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SEDS**

CAP QOBM RODRIGO FÁBIO MARTINS DA CRUZ - Titular

1º TEN QOBM GERSIANE DA SILVA LACERDA CARNEIRO - Suplente

### **V - Secretaria de Estado da Administração – SEAD**

DINAURA CABRAL BARRETO - Titular

ANA BEATRIZ DINIZ SABINO CRUZ - Suplente

### **VI - Secretaria de Estado da Comunicação Institucional – SECOM**

MÁXIMO MALHEIROS SERPA JUNIOR - Titular

VIVIANY DE OLIVEIRA GOMES - Suplente

### **VII - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG**

JOSÉ ARIOSVALDO DOS ANJOS AGUIAR - Titular

JANAYNA MARIA CARVALHO ALVES - Suplente

### **VIII - Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL**

JÔNATAS SILVA DA CUNHA CASTRO - Titular

ROMERO RAMOS DE SOUZA - Suplente

### **IX - Secretaria de Estado da Cultura – SECULT**

WAGNER SPAGNUL - Titular

VILMA CAZÉ DA SILVA - Suplente

### **X - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária – SEAP**

JOÃO BEZERRA FILHO - Titular

GABRIELA FREITAS DE SIQUEIRA - Suplente

### **XI - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH**

YASIPITÃ POTIGUARA - Titular

EMANOELA MARIA MACEDO RIBEIRO- Suplente



**XII – Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente – SEIRHMA**

TATIANA RIBEIRO ROCHA - Titular  
JOSEFA GOMES SOARES DE ALMEIDA - Suplente

**XIII – Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal – SEDAM**

JOSÉ HENRIQUE PERES COELHO - Titular  
POLYANE DE BRITO CAPISTRANO LEMOS - Suplente

**XIV - Casa Civil do Governador**

RAFAELLE MATIAS FERREIRA DE CARVALHO - Titular  
WILLEM MARQUES DO Ó SILVA - Suplente

**XV - Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD**

MÉRCIA DE LOURDES MEDEIROS DE MELO - Titular  
HELLOSMAN DE OLIVEIRA SILVA - Suplente

**XVI - Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP**

DANIELA DE QUEIROZ FERNANDES FARIAS - Titular  
ANTONIO WILKER PEREIRA CAMBOIM - Suplente

**XVII - Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado da Paraíba – PROCON**

VANESSA BEZERRA VIEIRA DE MELO - Titular  
JULIANA QUEIROZ DE SÁ BENEVIDES - Suplente

**XVIII - Empresa Paraibana de Turismo – PBTUR**

MÁRCIA RIBEIRO LEITE - Titular  
TAMARA SORRENTINO MOURA DE LIMA - Suplente

**XIX - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER**

MARIA LEUSIMAR LEITE NÓBREGA - Titular  
LOUISE FABÍOLA MELO DE MENEZES - Suplente

**XX - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**

EDUARDO GOMES ONOFRE - Titular  
ALINDEMBERG DE ARAÚJO OLIVEIRA - Suplente



## **Lista de Figuras:**

Figura 1: Distribuição de Secretarias e Órgãos estaduais participantes nos eixos temáticos.

Figura 2: Rede especializada de atenção à Saúde da pessoa com deficiência da Paraíba

Figura 3: Gerências Regionais de Ensino da Paraíba

## **Lista de Gráficos:**

Gráfico 1: Distribuição da amostra do Censo PCD por tipo de deficiência

Gráfico 2: Carteiras de Passe Livre Intermunicipal entre 2011 a 2021

Gráfico 3: Vagas destinadas a grupos específicos em celas físicas

Gráfico 4: Levantamento de Pessoas com Deficiência na Ressocialização na Paraíba

## **Lista de Quadros:**

Quadro 1: Normativas legais sobre Deficiência

Quadro 2: Pessoa por tipo de deficiência na Paraíba em %, ano 2010

Quadro 3: Informações sobre deficiência na Paraíba - PNS 2019

Quadro 4: Distribuição da escolaridade de pessoas com deficiência em %

Quadro 5: Distribuição de pessoas com deficiência em Pena Privativa de Liberdade

Quadro 6: Rede de cuidado da Pessoa com Deficiência

Quadro 7: Relação de CERs na Paraíba

Quadro 8: Entidades conveniadas com a SEDH que prestam atendimento em saúde a pessoas com deficiência na Paraíba

Quadro 9: Informações sobre os testes de triagem Neonatal.

Quadro 10: Serviço de Atenção Domiciliar em Funcionamento

Quadro 11: Ações em desenvolvimento no Eixo Saúde

Quadro 12: Objetivos e Metas do Eixo Saúde

Quadro 13: Ações em desenvolvimento no Eixo Educação

Quadro 14: Objetivos e Metas no Eixo Educação



Quadro 15: Ações em desenvolvimento no Eixo Inclusão Social

Quadro 16: Objetivos e Metas do Eixo Inclusão Social

Quadro 17: Ações em desenvolvimento do Eixo Acessibilidade

Quadro 18: Objetivos e Metas do Eixo Inclusão Social

### **Lista de Tabelas:**

Tabela 1: Número de Matrículas no Ensino Especial em 2020 e 2021 na Paraíba por deficiência.

Tabela 2: Número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal e a população residente, por tipo de deficiência

Tabela 3: Colocação profissional de pessoas com deficiência através do SINE-PB entre 2019 a 2021

Tabela 4: Distribuição da Rede SUAS na Paraíba



## Siglas:

AB – Atenção Básica

AD – Atenção Domiciliar

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AEPcD-PB– Agenda de Ações Estratégicas para Pessoas com Deficiência da Paraíba

ACPA – Associação Campinense de Pais de Autistas

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAA – Centro de Atendimento à Pessoa Autista

CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CGPcD - Comitê Gestor Estadual De Políticas De Inclusão Das Pessoas Com Deficiência

CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular

CEDPD -Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CEO – Centros De Especialidades Odontológicas

CER – Centro Especializado de Reabilitação

CIB - Comissão IntergestoresBipartite

CIPTEA - Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

CODATA - Companhia de Processamento de Dados da Paraíba

DEED -Diretoria de Estatísticas Educacionais

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

EMAD – Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar

EMAP – Equipes Multiprofissionais de Apoio

ESP-PB - Escola de Saúde Pública da Paraíba

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAC – Fundação Desenvolvimento a Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”

FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência

GT – Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICICT - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

ICPAC – Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha





SEIAG - Secretaria de Estado da Interiorização da Ação do Governo  
SEJEL - Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer  
SEMDH - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana  
SERI - Serviço de Referência de Inclusão da Pessoa com Deficiência  
SES - Secretaria de Estado da Saúde  
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
SIPD - Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares  
SINE - Sistema Nacional de Empregos  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS - Sistema único de Saúde  
OPM – Órteses, Próteses e Meios de Locomoção  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
TEA - Transtorno do Espectro Autista  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba



# Apresentação:

## **Paraibanos e paraibanas,**

Desde o primeiro dia da nossa gestão à frente do Governo da Paraíba, a inclusão tem sido a nossa pauta principal, o nosso foco maior. E incluir requer ação e comprometimento para que o cidadão e a cidadã, que esteja na Capital ou no Interior, tenha de fato acesso às políticas públicas.

Com muito orgulho e com a certeza de um trabalho bem planejado e executado, tivemos condições de honrar compromissos com o povo que precisa do olhar atento de uma gestão que tem a marca do respeito, que zela pela cidadania e pela dignidade humana.

A partir de uma agenda intersetorial, que envolve diversas Secretarias e órgãos do Poder Executivo, desenvolvemos uma série de ações destinadas ao atendimento das pessoas com deficiência na Paraíba, fortalecendo as políticas de acessibilidade em eixos importantes na educação, na saúde, na assistência social, no esporte.

Entregamos os Centros de Atendimento à Pessoa Autista em João Pessoa e Campina Grande, o Núcleo de Apoio e Diagnóstico à Pessoa com Deficiência, instalado no Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, que atende a região polarizada por Campina Grande, e implantamos o serviço pioneiro na rede pública estadual de reabilitação física para crianças com microcefalia e paralisia cerebral.

Também ampliamos o atendimento da Caravana da Rede Cuidar, firmamos parcerias com municípios do Brejo paraibano para garantir o atendimento à pessoa autista na região, e estamos construindo as Oficinas Ortopédicas de João Pessoa e Sousa, que irão garantir a confecção e manutenção de órteses e próteses, atendendo à população dos 223 municípios do estado, bem como o Centro de Equoterapia da Polícia Militar, que irá assegurar um espaço adequado e moderno para que crianças tenham acesso à atividades interdisciplinares, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida delas e de suas famílias.

Na Paraíba, o fortalecimento das políticas da Educação Especial é realidade. Em Guarabira, já está em pleno funcionamento o Serviço de Referência de Inclusão da Pessoa com Deficiência (SERI), asseguramos a acessibilidade de nossos alunos na plataforma Paraíba Educa, premiada e reconhecida nacionalmente como a melhor ferramenta de ensino remoto no período da pandemia da Covid-19, promovemos a formação continuada de professores das Salas de Recursos Multifuncionais e adequamos as estruturas das escolas da Rede Estadual para garantir conforto e acesso ao ensino de qualidade às pessoas com deficiência.



O nosso estado, celeiro de grandes atletas, também tem estimulado a inclusão social por meio do esporte com a implantação e expansão dos Polos do Programa Paraíba Paralímpica e incentivado os paratletas a participarem de competições estaduais, nacionais e internacionais a partir do Programa Bolsa Esporte.

A nossa amada Paraíba também promove a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, seja a partir do programa Empreender ou com o encaminhamento para instituições públicas ou privadas.

Essas são algumas das tantas ações desenvolvidas por uma equipe de governo comprometida com uma Paraíba mais justa e inclusiva que agora apresenta à nossa população a Agenda de Ações Estratégicas para Pessoa com Deficiência da Paraíba (AEPCD-PB) para o período 2022/2025, uma iniciativa que propõe, realiza e acompanha a efetivação de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência do estado. Aliada ao Censo Estadual da Pessoa com Deficiência, essa é mais uma ferramenta que disponibilizamos ao povo a fim de que equipamentos e serviços públicos garantam igualdade de direitos, transformação de realidades e realização de sonhos.

Somos todos inclusão!

**João Azevêdo**  
**Governador da Paraíba**

**JOÃO AZEVÊDO**  
Governador da Paraíba



A Agenda de Ações Estratégicas para Pessoas com Deficiência da Paraíba (AEPD-PB) representa um instrumento essencial para a efetivação das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência em nosso estado. É a partir da análise e acompanhamento permanente dos indicadores sociais, programas e projetos em curso que tem sido possível propor metas e ações de maneira estratégica para que possamos nortear o trabalho do executivo estadual para o segmento da pessoa com deficiência.

Agora, a partir dos avanços que já obtivemos, olhamos para o próximo triênio com a certeza de que é possível seguir avançando a partir do diálogo com a sociedade civil e a determinação de ampliar, ainda mais, a intersetorialidade das políticas dentro da estrutura do executivo estadual. Desde 2021, através do Decreto N° 41.241, de 10 de maio, retomamos as atividades do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mecanismo responsável por promover a intersetorialidade das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência na Paraíba.

Intersetorialidade que tem sido responsável pela ampliação e o surgimento de ações, por exemplo, como ampliação das Caravanas da Rede Cuidar, as Oficinas Ortopédicas de João Pessoa e Sousa, o Centro de Equoterapia da Polícia Militar, o Serviço de Referência de Inclusão da Pessoa com Deficiência (SERI), a acessibilidade de nossos alunos na plataforma Paraíba Educa, a expansão dos Polos do Programa Paraíba Paralímpica e o Bolsa Esporte que tem sido fundamentais para a descoberta e desenvolvimento do paradesporto paraibano, hoje, uma referência para o Brasil.

Agora, nosso foco precisa ser na continuidade desses avanços e no cumprimento dessa agenda que juntos pudemos construir para que a Paraíba siga avançando na implantação de ações como os Centros de Atendimento à Pessoa Autista implantados em João Pessoa e Campina Grande e o Núcleo de Apoio e Diagnóstico à Pessoa com Deficiência, instalado no Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, assim como o serviço pioneiro na rede pública estadual para a reabilitação física de crianças com microcefalia e paralisia cerebral.

Essas ações que surgem e são monitoradas pelo Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência, passam a estar reunidas e imbuídas de novas metas na Agenda de Ações Estratégicas para Pessoas com Deficiência da Paraíba a partir de quatro eixos: Saúde; Educação; Inclusão Social e Acessibilidade.



Somado ao Censo Estadual da Pessoa com Deficiência, a AEPCD-PB se transforma em documento público, que passa a ser um instrumento que prevê o compromisso do Governo da Paraíba com o segmento, iremos fortalecer e articular as ações, a fim de que os equipamentos e serviços públicos garantam o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência em todo o Estado da Paraíba com período de execução de 2022 a 2025.

Ainda há muito por ser feito, mas na Paraíba nunca se produziu tanto em tão pouco tempo e com diálogo, trabalho e coragem para transformar, seguiremos avançando. Somos todos Paraíba, somos todos inclusão!

Tibério Limeira  
Secretário de Estado do Desenvolvimento Humano

**TIBÉRIO LIMEIRA**  
Secretário de Estado do  
Desenvolvimento Humano



A política da pessoa com deficiência tem sido um dos pilares importantes da gestão do governador João Azevedo, que conduz o Governo da Paraíba. Com ações concretas e exitosas, o governo tem garantido o direito das pessoas com deficiência, buscando implantar meios para o exercício pleno e justo dos serviços nas áreas de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade. Toda essa dedicação tem resultado em excelência no atendimento e vida com dignidade para as pessoas com deficiência da Paraíba.

A FUNAD, como referência no setor, tem buscado, não apenas garantir o acesso à informação sobre os direitos, políticas públicas e serviços disponíveis na rede pública, com atendimento de excelência, mas sobretudo, tem sido peça fundamental nessa engrenagem, atuando também como ponte entre a gestão estadual, pessoas com deficiência, famílias, serviços e sociedade civil e nessa perspectiva, se une ao movimento intersetorial, onde representantes de secretarias e órgãos do Governo do Estado traçam estratégias, elaboram propostas e discutem novos caminhos que beneficiem as pessoas com deficiência, na construção da Agenda de Ações Estratégicas para Pessoas com Deficiência da Paraíba (AEPeD-PB).

O Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência está coroadando esse trabalho com a produção da Agenda, instrumento valioso que vai nortear a Gestão do Estado na implementação de novas ações e aprofundamento das políticas já existentes, que representam o respeito e o compromisso do Governo do Estado da Paraíba com as pessoas com deficiência.

Simone Jordão  
Presidente da FUNAD

**SIMONE JORDÃO**  
Presidente da FUNAD



# Sumário

1- Introdução	1
2- Políticas Públicas Intersectoriais para Pessoas com Deficiência na Paraíba	2
3- Principais avanços nos Direitos da Pessoa com Deficiência	4
4- Indicadores da Deficiência na Paraíba: Análise Situacional	6
4.1- Censo demográfico IBGE 2010	6
4.2- Pesquisa Nacional de Saúde de 2019	8
4.3- Censo Escolar 104.4 Censo Estadual da Pessoa com Deficiência– Paraíba	11
4.5- Indicadores de Trabalho e Renda	14
4.5.1- Benefício de Prestação Continuada	14
4.5.2- Empregabilidade	15
4.6- Indicadores do Passe Livre Intermunicipal	17
4.7- Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)	18
4.8- Indicadores de Deficiência no Sistema Prisional	19
5- Percurso de construção da Agenda de Ações Estratégicas para Pessoa com Deficiência da Paraíba (AEPcD-PB)	22
5.1- Eixo Saúde	25
5.1.1- Rede especializada de atenção à Saúde e Serviços conveniados	27
5.1.2- Ações desenvolvidas	33
5.1.3- Metas estratégicas: Eixo Saúde	37
5.2- Educação	38
5.2.1- Ações desenvolvidas	42
5.2.2- Metas Estratégicas: Eixo Educação	44
5.3- Inclusão Social	44
5.3.1- Rede de Proteção Social do estado da paraíba	46
5.3.2- Ações desenvolvidas	47
5.3.3- Metas Estratégicas: Eixo Inclusão Social	48
5.4- Eixo Acessibilidade	50
5.4.1- Ações desenvolvidas	51
5.4.2- Metas Estratégicas: Eixo Acessibilidade	52
6- Avaliação e monitoramento de resultados	53



## 1- INTRODUÇÃO

A Agenda de Ações Estratégicas para Pessoas com Deficiência da Paraíba (AEPcD-PB) representa um importante instrumento que tem como finalidade elaborar, propor e acompanhar a efetivação de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência residentes no Estado da Paraíba.

A partir da análise situacional, este documento propõe metas e ações estratégicas que norteiam o trabalho do Governo do Estado da Paraíba. Tais propostas foram desenvolvidas com base em uma perspectiva intersetorial a partir do diálogo estabelecido entre representantes de secretarias e órgãos do Governo do Estado que integram o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Mediante atualização do Decreto N° 41.241, de 10 de maio de 2021, o comitê retoma as suas atividades, dividindo-se em grupos de trabalho com o objetivo de avaliar o panorama atual, debater problemas e ações exitosas que vem sendo desenvolvidas, aprofundar-se em eixos temáticos, a fim de elaborar propostas e soluções lançadas a sociedade civil através da AEPcD-PB.

As propostas construídas a partir dos quatro eixos: Saúde; Educação; Inclusão Social e Acessibilidade visam fortalecer e articular ações, a fim de que os equipamentos e serviços públicos garantam o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência em todo o Estado da Paraíba com período de execução de 2022 a 2025.



## 2- POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PARAÍBA

A Agenda de Ações Estratégicas para Pessoas com Deficiência da Paraíba tem como objetivo apresentar propostas de ações em prol do fortalecimento da política pública intersetorial voltada para Pessoas com Deficiência nos 223 municípios. A construção deste instrumento é resultante dos encontros e discussões sistemáticas ocorridas entre diversos órgãos e secretarias do Governo do Estado da Paraíba que integram o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPcD), instituído pelo Decreto N° 41.241 de 10 de maio de 2021.

Nesse sentido, a AEPcD-PB tem como objetivo a promoção de direitos de Pessoas com Deficiência na Paraíba, ancorada na legislação brasileira. Como marcos legais importantes na concretização dos direitos do segmento citam-se: a Constituição Federal de 1988; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006; o Decreto nº5.296 de 2004 que dá prioridade de atendimento e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência, bem como a Lei nº13.146 de seis de julho de 2015.

Em 2011 o Governo Federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limites por meio do Decreto nº7.612 de 2011 que trouxe uma perspectiva intersetorial para a política pública voltada para o segmento em todo país. Em 2012, a Lei nº12.764 estabelece que o indivíduo que apresenta Transtorno do Espectro Autista é considerado pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Já em 2015 houve a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O Governo do Estado da Paraíba tem desenvolvido políticas, ações e serviços buscando inclusão e acessibilidade de paraibanos com deficiência que, segundo o Censo/IBGE 2010 totalizam 1.045.631 pessoas, quantitativo que representa 27,76% da população, sendo o Estado com a segunda maior população com deficiência. Assim, o planejamento de ações é fundamental à implementação, execução, monitoramento e à avaliação das políticas públicas.



A construção da AEPcD-PB se deu com base em um trabalho conjunto executado pelos órgãos e secretarias estaduais, norteados pelo estudo do panorama da pessoa com deficiência na Paraíba e pelo Plano Plurianual (PPA) 2020 -2023, instrumento previsto em Constituição, para planejamento, gestão e manutenção dos serviços do Estado.

Como resultado do trabalho desenvolvido a partir da discussão em grupos de trabalho do comitê, a presente agenda de ações estratégicas contém indicadores de deficiência, ações e serviços em desenvolvimento, além de articulações e propostas a serem executadas em eixos temáticos, a saber: Saúde, Educação, Inclusão Social e Acessibilidade.

Com isto, além da sensibilização do aparato público para atender as demandas da pessoa com deficiência, a agenda preza pelo protagonismo do segmento no processo de planejamento, monitoramento e aplicabilidade das ações pensadas para e pelos mesmos. Reafirma-se o compromisso da gestão estadual na melhoria das condições de vida e garantia de direitos da Pessoa com Deficiência na Paraíba.



Parte dos integrantes do Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas de Inclusão das Pessoas com Deficiência da Paraíba



### 3- PRINCIPAIS AVANÇOS NOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A AEPcD-PB se orienta por vários marcos legais que representam grandes avanços para a proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, além de nortear a política pública no intuito de eliminar barreiras e propiciar participação social plena do segmento (Quadro 1).

#### QUADRO 1: NORMATIVAS LEGAIS SOBRE DEFICIÊNCIA

Marcos Internacionais	
Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Aprovada pela Assembléia da ONU em 2006. O propósito desta Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.
Marcos Nacionais	
Constituição Federal de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	Lei Berenice Piana. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999	Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências.
Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei nº 10.436, de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências
Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial
Lei nº 13.005, de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.



<b>Marcos Estaduais</b>	
Constituição da Paraíba	A constituição do estado foi promulgada em 5 de outubro de 1989.
Lei nº 5262, de 17 de abril de 1990	Aprova o estatuto da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência e dá outras providências.
Lei nº 6.096, de 04 de julho de 1995	Dispõe sobre o Censo Estadual do portador de deficiência e dá providências.
Lei Estadual n.º 11.058, de dezembro de 2017	Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CEDPD e dá outras providências.
Decreto nº 41.241, de 10 de maio de 2021	Dispõe sobre o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPcD.
Lei nº 11968, de 28 de maio de 2021	Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas com visão monocular nos estabelecimentos públicos e privados no estado da Paraíba, e dá outras providências.
Lei nº 7.529, de 14 de abril de 2004	Estabelece a gratuidade às pessoas portadoras de deficiência nos transportes intermunicipais e dá outras providências.
Lei nº 11.647, de 11 de março de 2020	Institui o Censo de Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down no Estado da Paraíba e dá outras providências.

#### **4 - INDICADORES DA DEFICIÊNCIA NA PARAÍBA: ANÁLISE SITUACIONAL**

A Paraíba é um estado do Nordeste brasileiro com 56.469 km<sup>2</sup> de área territorial, limitado ao norte pelo estado do Rio Grande do Norte, ao sul por Pernambuco, ao leste pelo Oceano Atlântico e oeste pelo Ceará. Com 223 municípios, sua população é de 4.059.905 habitantes conforme estimativa para 2021 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação aos dados de 2010, houve aumento de 9,4% na população.

A população paraibana é formada por uma pequena maioria do gênero feminino, com maior concentração populacional localizada na zona urbana. Dados de novembro de 2021 apontam 906.663 famílias cadastradas no Cadastro Único. Segundo dados divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Paraíba é o Estado com o maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), estima-se um crescimento acima de 4% em 2022.



#### 4.1 - CENSO DEMOGRÁFICO IBGE 2010

Conforme dados do CENSO IBGE/2010, a população brasileira possui 23,7% de sua população com deficiência. Prevalece a deficiência visual (18,6%), seguida da deficiência motora (7%), deficiência auditiva (5,1%) e intelectual (1,4%). A presença de, pelo menos, uma deficiência severa foi referida por 8,10% da população brasileira. Apenas 1,6% da população declarou-se totalmente cega, 7,6% são totalmente surdas e 1,62% não conseguem se locomover.

O Nordeste foi a região brasileira com maior número de pessoas que referiram possuir pelo menos uma deficiência, sendo a deficiência visual a mais predominante. Todos os estados nordestinos apresentaram quantitativo de pessoas com deficiência acima da média nacional, seguindo o comportamento semelhante do Censo realizado nos anos 2000. Na região nordestina, 21,2% da população afirma ter deficiência visual e cerca de 7,8% têm deficiência física.

De acordo com censo realizado em 2010, a Paraíba apresenta o segundo maior número de pessoas com deficiência (27,76 %), valor acima da média nacional (23,7%). Um total de 1.045.962 paraibanos apresentaram deficiência, dos quais 599.389 são mulheres e 446.573 são homens. A maior quantidade de pessoas com deficiência se concentra na faixa etária de 15 a 59 anos. A prevalência da deficiência também acompanha a apresentação nacional e regional, dado que a deficiência visual (21,85%) e deficiência física (8,52%) alcançam maiores proporções no estado. Segue-se com a deficiência auditiva (6,1%) e deficiência intelectual (1,65%) em menores proporções.



O IBGE compreende deficiência como um produto da interação entre funções e estruturas corporais com limitações e barreiras sociais e ambientais. Assim, foi possível identificar pessoas com deficiência a partir de indivíduos que responderam ter “alguma dificuldade”, “muita dificuldade”, “não conseguiram de modo algum” em pelo menos uma das deficiências investigadas. Ressalta-se que essa forma de resposta foi utilizada nas perguntas relacionadas à deficiência auditiva, física e visual. No caso da deficiência intelectual, as respostas restringiram-se apenas “sim” e “não”.

Foi pesquisado se a pessoa com deficiência intelectual ou mental que limitasse as atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar. Para doença mental, perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicoses não foram consideradas.

Após aplicação de análise dos dados norteada por nota técnica do IBGE em 2018, que se fundamenta nos parâmetros propostos pelo Grupo de *Washington*, houve releitura dos dados apresentados no Censo 2010. Assim, usuários que responderam ter “muita dificuldade” ou “não conseguiam de modo algum” nas perguntas foram identificados como pessoas com deficiência. Essa linha de corte não se aplica a deficiência intelectual.

Com essa releitura dos dados de 2010, o número de 45 milhões de brasileiros com deficiência diminuiu para 12 milhões, cujo percentual corresponde a 6,7%. No Quadro 1 abaixo encontram-se dispostos a distribuição de deficiência na Paraíba conforme os dados do Censo 2010.

#### QUADRO 1: PESSOA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA NA PARAÍBA EM %, ANO 2010

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA - PARAÍBA		%
Pelo menos uma das deficiências investigadas		27,76
Deficiência Visual	não consegue de modo nenhum	0,23
	grande dificuldade	3,78
	alguma dificuldade	17,84
Deficiência Auditiva	não consegue de modo nenhum	0,17
	grande dificuldade	1,11
	alguma dificuldade	4,82
Deficiência Motora	não consegue de modo nenhum	0,45
	grande dificuldade	2,40
	alguma dificuldade	5,67
Mental/intelectual		1,65
Nenhum dessas deficiências		72,23
Sem declaração		0,01

Fonte: Censo IBGE/2010







### 4.3 - CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar, vinculado ao Ministério da Educação, é um instrumento de preenchimento obrigatório para estabelecimentos de educação, públicas e privadas. Sendo disponibilizado anualmente, o censo escolar permite conhecer o perfil global dos alunos brasileiro, bem como de pessoas com deficiência no Brasil que frequentam o sistema de ensino.

Conforme resultados finais sobre a educação básica em 2020, o número de matrículas da educação especial na Paraíba chegou a 29.088. A maior parte dessas matrículas concentrou-se nos anos iniciais do ensino fundamental. Considerando o tipo de deficiência, a maioria das matrículas na educação especial correspondem a deficiência intelectual, seguida por matrículas de alunos autistas.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de matrículas da Educação Básica da educação especial em todas as redes por tipo de deficiência em 2020 e em 2021.

**TABELA 1: NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO ESPECIAL EM 2020 E 2021 NA PARAÍBA POR DEFICIÊNCIA.**

TIPO DE DEFICIÊNCIA	2020	2021
Baixa Visão	1.703	2.407
Cegueira	156	286
Deficiência Auditiva	731	1.088
Surdez	580	795
Surdocegueira	8	10
Deficiência Intelectual	17.159	28.137
Deficiência Física	12.378	3.749
Deficiência Múltipla	1.372	2.363
Autismo	4.473	9.066
Superdotação	528	701
<b>TOTAL</b>	<b>29.088</b>	<b>48.602</b>

Fonte: MEC/INEP/DEED/Subgerência de Estatística/SEECT-PB





Imagem de divulgação do Censo Estadual da Pessoa com Deficiência da Paraíba

#### 4.4- CENSO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PARAÍBA

O Censo Estadual da Pessoa com Deficiência Paraíba é resultado do interesse da gestão estadual em mapear o perfil das Pessoas com Deficiência no estado. No ano de 2021, foi elaborado um cadastro virtual a partir de uma ação conjunta através do planejamento e construção articulada entre a Secretaria de Comunicação (SECOM), Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) e Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) mediante coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH).

O processo de construção do censo se deu a partir de uma iniciativa do Governo do Estado para produzir indicadores relacionados à pessoa com deficiência. Aliado a essa decisão temos também um conjunto de lei que preconiza a realização do censo. A Lei nº 6.096, de 04 de julho de 1995, que institui a aplicação de um censo para o segmento, bem como a Lei nº 11.647, de março de 2020 que, institui o Censo de Inclusão da Pessoa com Transtorno no Espectro Autista e Síndrome de Down no Estado da Paraíba, serviram de alicerce para a construção do Censo Estadual da Pessoa com Deficiência Paraíba.

O instrumento desenvolvido tem como objetivo conhecer onde residem, escolaridade, renda, se já acessaram serviço de saúde para fins de diagnóstico e reabilitação, bem como acessibilidade das pessoas com deficiência na Paraíba. Desta forma será possível quantificar essas informações e promover posteriormente políticas públicas intersetoriais.

Considerando o panorama da pessoa com deficiência na Paraíba, para além do referencial legal, a implementação e fortalecimento da política pública é fundamental para a garantia de direitos do segmento. O Governo do Estado da Paraíba tem desempenhado articulações políticas e ações transversais com o compromisso de promover acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade. Os indicadores produzidos pelo censo deverão embasar as intervenções governamentais em prol da qualidade de vida e autonomia de Pessoas com Deficiência na Paraíba.



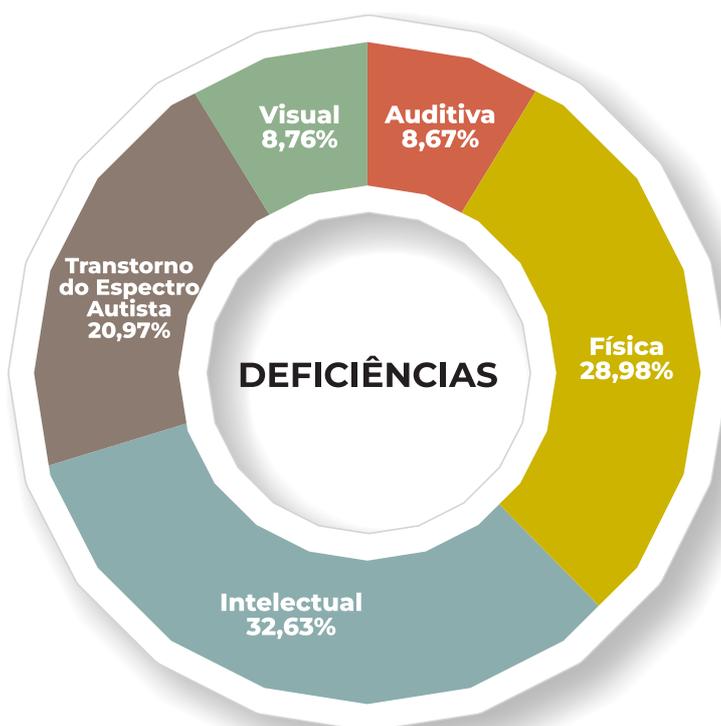


Quanto à empregabilidade, os dados preliminares apontam que a maioria das pessoas com deficiência que responderam ao censo estadual recebem BPC/LOAS (39,40%), seguido de 12,66% que recebem aposentadoria e 15,92% são beneficiados pelo programa Bolsa Família. Quanto à renda, o maior volume de respostas refere que as pessoas com deficiência do estado recebem até 1 salário mínimo (74,31%). Dos usuários cadastrados e em idade de trabalhar (14 anos ou mais), 12,47% trabalham atualmente. Há predominância do vínculo público.

O acesso ao passe livre intermunicipal é referido por 17,59% dos usuários. Em relação ao público autista, 15,54% dos autistas que responderam o cadastro utilizam a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Quando perguntado sobre a origem, a maioria das pessoas cadastradas referem deficiência congênita (67,60%). A deficiência intelectual foi a mais prevalente com 32,63%, seguida da deficiência física (28,98%), Transtorno do Espectro Autista (20,69%), deficiência visual (8,76%), deficiência auditiva (8,67%) (Gráfico 1). Um total de 14,03% apresenta mais de uma deficiência.

**GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DO CENSO PCD POR TIPO DE DEFICIÊNCIA**



Fonte: Censo Estadual da Pessoa com Deficiência - Paraíba / Dados preliminares





Mobilização para cadastramento do Censo Estadual da Pessoa com Deficiência no pátio da FUNAD

## 4.5 - INDICADORES DE TRABALHO E RENDA

### 4.5.1 - BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Dentro da Política de Assistência Social, os governos tem como dever a garantia de benefícios assistenciais, a saber: Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) e benefícios eventuais. O direito ao BPC é garantido pela Lei Orgânica de Assistência Social prevista na Constituição Federal à pessoa com deficiência, garante um salário mínimo por mês, sendo esta de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para trabalho.

Dados oriundos do Ministério da Cidadania de 2020 apontam que o Estado da Paraíba atendeu 174.998 beneficiários do BPC, sendo 63.426 benefícios para idosos e 111.572 para Pessoas com Deficiência. Em 2021, as informações, compiladas até o mês de novembro, apontam que houve uma queda da quantidade de benefícios concedidos. Foram 121.268 pessoas beneficiadas, das quais 42.339 foram idosos e 78.929 pessoas com deficiência. Informações de março de 2022 apontam que 121.771 paraibanos foram beneficiados, sendo 42.309 idosos e 79.462 pessoas com deficiência.



## 4.5.2 - EMPREGABILIDADE

A empregabilidade é uma das vias pelas quais se concretiza o direito das pessoas com deficiência favorecendo a autonomia, melhoria da qualidade de vida na busca por uma sociedade mais inclusiva.

O principal mecanismo de inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é a determinação legal que consta no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991 que define cotas para contratação de pessoas com deficiência. A lei determina que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I- até 200 empregados, 2%; II- de 201 a 500, 3%; III- de 501 a 1.000, 4%; IV- de 1.001 em diante, 5%;

Dados mais recentes do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção de Trabalho no Brasil, coletados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) informam que em 2019, um total de 443.124 pessoas com deficiência possuía vínculo empregatício. Na Paraíba, esse valor atinge 2.940 pessoas com deficiência, predominando pessoas com deficiência física e auditiva (Tabela 2).

**TABELA 2: NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E A POPULAÇÃO RESIDENTE, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA**

TIPO DE DEFICIÊNCIA	PCD COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM EMPREGADORES OBRIGADOS PELA LEI Nº 8.213	PCD COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM EMPREGADORES NÃO OBRIGADOS PELA LEI Nº 8.213	TOTAL DE PCD COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	POPULAÇÃO RESIDENTE 18 A 64 ANOS *
<b>Física</b>	1.359 (53,25%)	195 (50,26%)	1.544 (52,86%)	47.142 (23,51%)
<b>Auditiva</b>	339 (13,28%)	27 (6,96%)	366 (12,45%)	22.150 (11,05%)
<b>Visual</b>	298 (11,68%)	28 (7,22%)	326 (11,09%)	90.138 (44,96%)
<b>Mental / Intelectual</b>	62 (2,43%)	3 (0,77%)	65 (2,21%)	41.047 (20,47%)
<b>Múltipla</b>	96 (3,76%)	6 (1,55%)	102 (3,47%)	-
<b>Reabilitado</b>	398 (15,60%)	129 (33,25%)	527 (17,93%)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.552 (100%)</b>	<b>388 (100%)</b>	<b>2.940 (100%)</b>	<b>200.477 (100%)</b>
<b>TOTAL (%)</b>	<b>86,80%</b>	<b>13,20%</b>	<b>100%</b>	-

Nota: \*Os dados apresentados referem-se somente à população residente que possui deficiência em gradações mais severas ("não consegue de modo algum" e "grande dificuldade"). Não foram computadas pessoas que apresentam somente "alguma dificuldade". Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/> Acesso em: 09 de março de 2022.

**Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e IBGE - Censo Demográfico 2010.**



A gestão vem articulando programas e ações numa perspectiva intersetorial visando a garantia desse direito imprescindível para o bem viver das pessoas com deficiência. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é prioridade na execução dos serviços do Sistema Nacional de Empregos (SINE-PB). Entre 2019 a 2021, houve a inserção de 112 pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Tabela 3).

**TABELA 3: COLOCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DO SINE-PB ENTRE 2019 A 2021**

TIPO DE DEFICIÊNCIA	2019	2020	2021	TOTAL
<b>Física</b>	14	3	5	22
<b>Auditiva</b>	38	11	15	64
<b>Visual</b>	1	0	0	1
<b>Mental / Intelectual</b>	11	3	4	18
<b>Múltipla</b>	4	2	1	7
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>19</b>	<b>25</b>	<b>112</b>

Fonte: SINE-PB

No ano de 2019, a FUNAD proporcionou a inserção de 238 usuários no mundo do trabalho, abarcando todos os tipos de deficiência (física, intelectual, visual e auditiva). Em 2020, as restrições de atividades presenciais ocasionadas pela pandemia do Novo Coronavírus prejudicaram o encaminhamento de usuários para o mercado de trabalho, bem como a menor quantidade de vagas disponíveis em função da crise econômica que prejudicaram a colocação profissional desse segmento. Ainda assim, a instituição realizou encaminhamentos e 27 usuários (as) foram inseridos para o mercado de trabalho, esse dado reflete as dificuldades impostas pela pandemia durante esse período sobre o acesso ao trabalho e a continuidade das atividades sistemáticas da FUNAD.

Em 2021, houve melhora no panorama de vagas que quase triplicaram em relação ao ano anterior. Foram inseridas 139 pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mais que o quíntuplo do quantitativo obtido em 2020, considerando mudanças no contexto epidemiológico e disseminação do Coronavírus. No primeiro trimestre de 2022, 72 usuários já foram inseridos no mercado de trabalho.

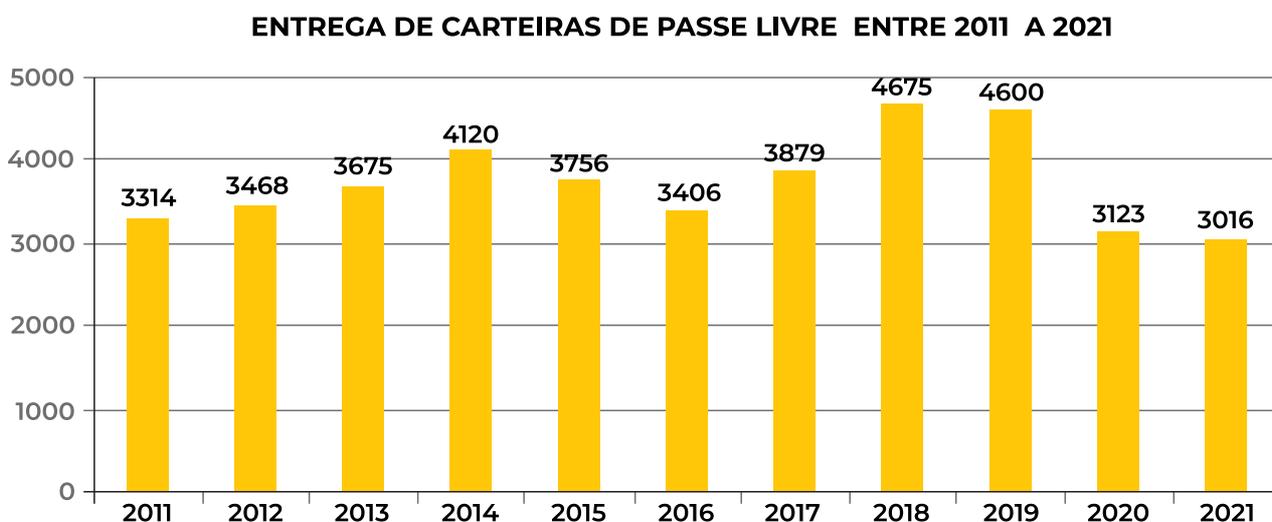


#### 4.6- INDICADORES DO PASSE LIVRE INTERMUNICIPAL

Através da Lei N° 7.529 de 14 abril de 2004, fica estabelecida a gratuidade às pessoas com deficiência nos transportes intermunicipais da Paraíba. As despesas com a confecção da carteira são custeadas pelo Poder Público Estadual através da FUNAD. Conforme consta na lei, a FUNAD é a responsável pela expedição da carteira a fim de que o beneficiado possa usufruir o direito à gratuidade nos transportes coletivos públicos intermunicipais.

Nos últimos anos, a instituição vem garantindo a confecção e emissão das carteiras de passe livre intermunicipal, que são solicitadas de forma espontânea pelas pessoas com deficiência que têm direito ao benefício. Nos últimos 10 anos foram emitidas 41.032 carteiras de passe livre intermunicipal no estado (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2: CARTEIRAS DE PASSE LIVRE INTERMUNICIPAL ENTRE 2011 A 2021**



Fonte: FUNAD, 2021



#### 4.7 - CARTEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CIPTÉA)

O Governo do Estado da Paraíba, através da FUNAD, deu cumprimento à Lei Federal nº 13.977/2020 com a emissão imediata de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA). Em 2020 foram emitidas em 830 CIPTÉAs, já em 2021 esse número subiu para 1035. As carteiras visam garantir atenção integral, pronto atendimento, bem como prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.



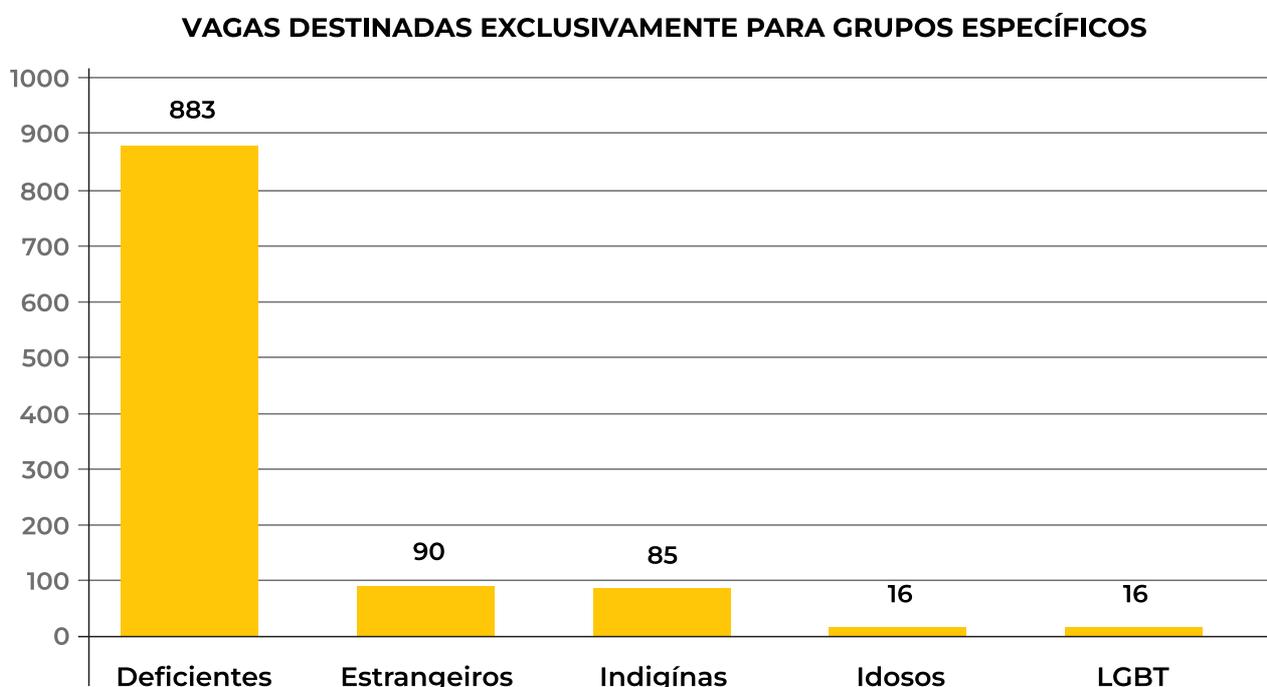
Atendimento terapêutico



#### 4.8 - INDICADORES DE DEFICIÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL

Conforme dados atualizados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do período de julho a dezembro de 2020, excluindo-se os presos que estão sob custódia das Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares, no Brasil há cerca de 15.169 vagas destinadas exclusivamente para grupos específicos, nos quais se inserem as pessoas com deficiência. Na Paraíba, há 1.090 vagas em nível estadual. Houve expressivo aumento na quantidade de vagas. Em relação a 2019, o DEPEN aponta apenas 6. Após atualização do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, em 2020, a Paraíba apresentou 883 vagas destinadas a pessoas com deficiência em celas físicas (Gráfico 3).

#### GRÁFICO3: VAGAS DESTINADAS A GRUPOS ESPECÍFICOS EM CELAS FÍSICAS



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Ano 2020

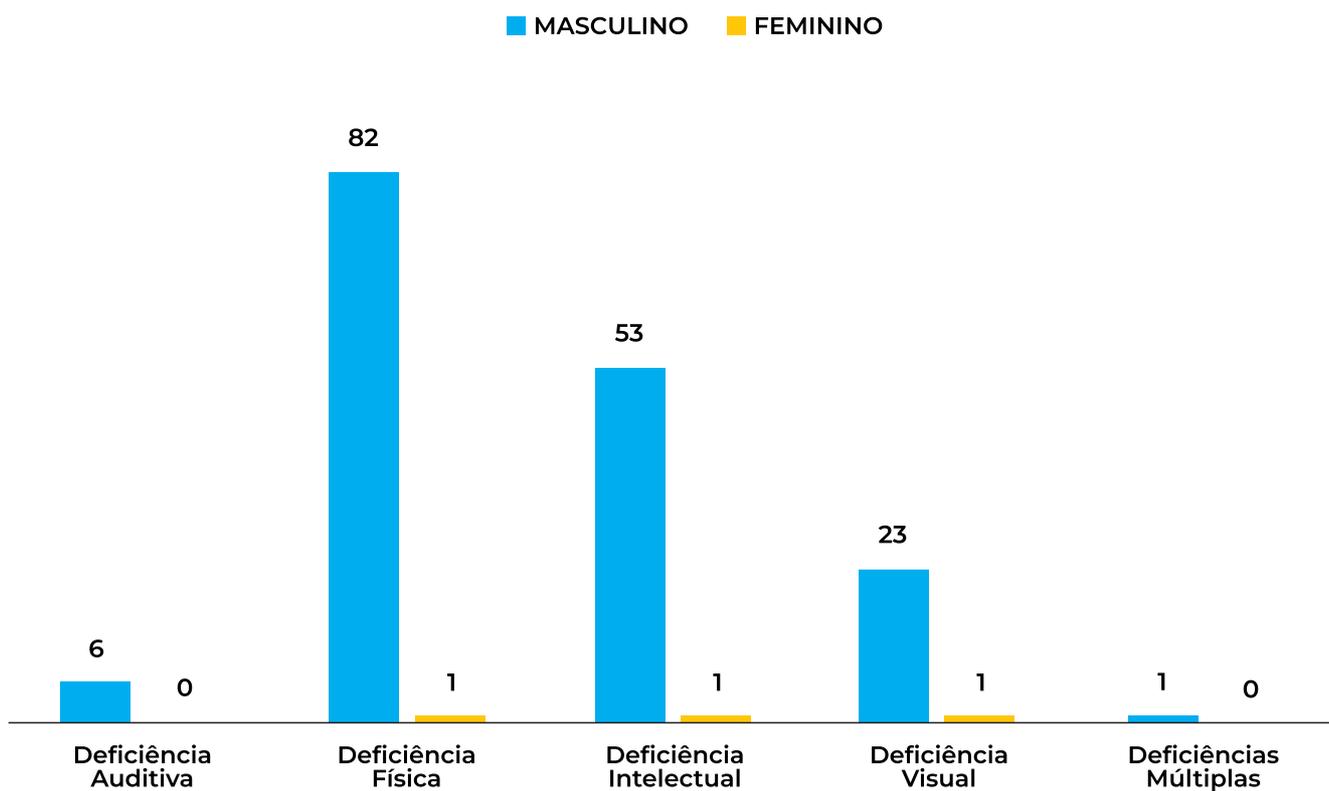
No ano de 2020, o quantitativo de pessoas com deficiência encarceradas em celas físicas em penitenciárias estaduais no Brasil atingiu 6.963 encarcerados, sendo 388 pessoas que utilizam cadeira de rodas. Um recorte por estado aponta que Paraíba possui 138 pessoas com deficiência encarceradas, destes, 7 utilizam cadeira de rodas. Não há registros de mulheres com deficiência presas em celas físicas em 2020.





## GRÁFICO 4: LEVANTAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO NA PARAÍBA EM 2022

### PESSOAS EM RESSOCIALIZAÇÃO NA PARAÍBA EM 2021

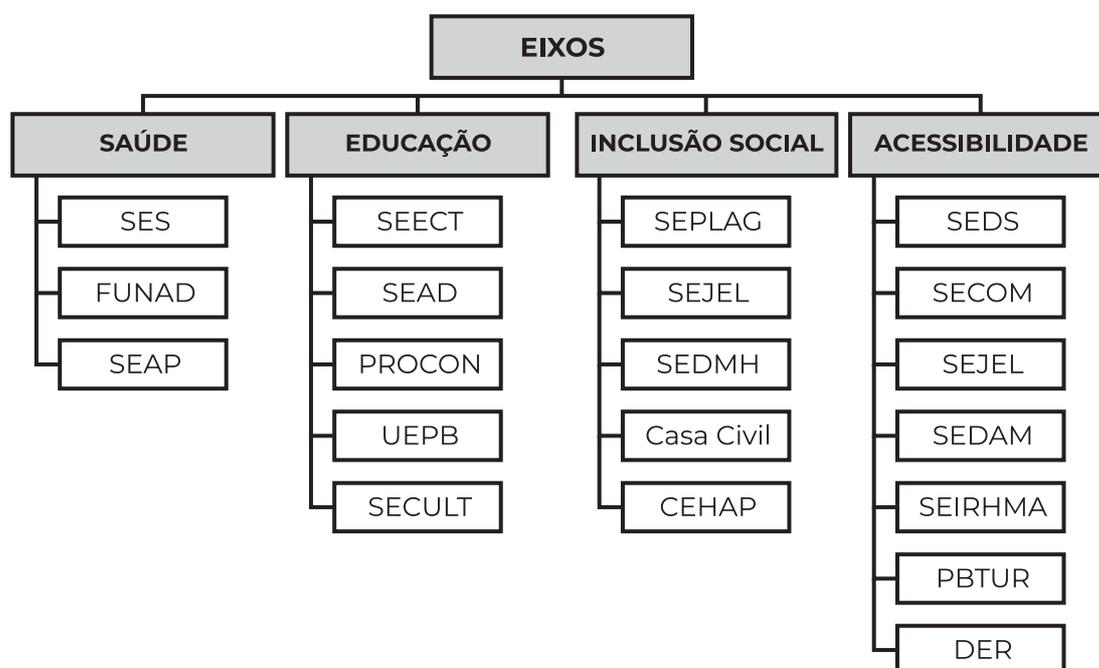


Fonte: Gerência Executiva de Ressocialização - SEAP



## 5 - PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA PARAÍBA (AEPD-PB)

Além de trazer uma análise situacional da pessoa com deficiência e ações já efetivadas pela gestão em prol do segmento, considerando os marcos legais dispostos, bem como instrumentos de gestão norteadores, tais como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), os representantes dos órgãos e secretarias estaduais que integram o Comitê Gestor foram organizados em grupos de trabalhos (GT) para refletir, discutir e propor metas em eixos estratégicos: Saúde, Educação, Acessibilidade, Inclusão Social (Figura 1).



**FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DE SECRETARIAS E ÓRGÃOS ESTADUAIS PARTICIPANTES NOS EIXOS TEMÁTICOS.**

Neste documento, cada eixo estratégico traz ações desenvolvidas, panorama de serviços e metas propostas. A responsabilidade de coordenar e monitorar a execução das ações propostas nesta agenda, bem como melhorias na execução das ações, cabe a FUNAD, órgão de referência na coordenação e implementação de políticas públicas, em parceria com a SEDH, Comitê Gestor Estadual e o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência.



O percurso metodológico de discussão, elaboração e construção da AEPcD-PB se deu com base em um trabalho conjunto executado através de encontros sistemáticos na modalidade remota, e apenas ao final do ano de 2021, foi possível promover os encontros na modalidade presencial, contando sempre com a presença de representantes dos órgãos e secretarias estaduais.



Reunião virtual do Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas de Inclusão das Pessoas com Deficiência da Paraíba

Os encontros tiveram como pauta a discussão de questões norteadoras e embasamento teórico. Inicialmente foi realizado um estudo do panorama da Pessoa com Deficiência na Paraíba, a partir da busca de dados oficiais, bem como de indicadores e pontos relativos ao trabalho de cada secretaria e órgão direcionado ao segmento. Após isso, a metodologia pautou-se em uma análise do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, instrumento previsto em Constituição, para planejamento, gestão e manutenção dos serviços do Estado, compreendendo como este instrumento de gestão poderia ofertar possibilidades para propor ações voltadas às pessoas com deficiência.

A AEPcD-PB, resultado do trabalho desenvolvido a partir da discussão em grupos de trabalho do comitê, é uma agenda de ações estratégicas que está organizada de forma a trazer um panorama de dados da Pessoa com Deficiência na Paraíba, assim como, um levantamento de políticas, programas, ações e serviços em vigência executados pelo Estado da Paraíba e que atendem as pessoas com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA).



Por fim, a estruturação da última parte do documento dispõe as propostas lançadas e discutidas entre os representantes do Comitê Gestor Estadual de Políticas Públicas para Pessoa com Deficiência da Paraíba. Enfatiza-se que tais propostas foram apresentadas para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CEDPD) e para toda sociedade em consulta pública no mês de abril de 2022, conferindo assim uma ênfase para a participação e protagonismo de representantes de Pessoa com Deficiência da sociedade civil, contendo as propostas que foram organizadas nos eixos temáticos, a saber: Saúde, Educação, Inclusão Social e Acessibilidade.



Reunião conjunta entre  
Comitê Gestor e Conselho Estadual  
dos Direitos da Pessoa com Deficiência





**QUADRO 6: REDE DE CUIDADO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

COMPONENTES	DESCRIÇÃO
Atenção Básica (AB)	<p>A AB é identificada como a porta de entrada do SUS e ordenadora do cuidado a partir da integração entre os pontos assistenciais da rede. Este componente conta com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família quando houver, e a Atenção Odontológica e prioriza as seguintes ações estratégicas:</p> <p>I - Promoção da identificação precoce das deficiências, por meio da qualificação do pré-natal e da atenção na primeira infância;</p> <p>II - Acompanhamento dos recém-nascidos de alto risco até os dois anos de vida, tratamento adequado das crianças diagnosticadas e o suporte às famílias conforme as necessidades;</p> <p>III - Educação em saúde, com foco na prevenção de acidentes e quedas;</p> <p>IV - Criação de linhas de cuidado e implantação de protocolos clínicos que possam orientar a atenção à saúde das pessoas com deficiência;</p> <p>V - Implantação de estratégias de acolhimento e de classificação de risco e análise de vulnerabilidade para pessoas com deficiência;</p> <p>VI - Acompanhamento e cuidado à saúde das pessoas com deficiência na atenção domiciliar;</p> <p>VII - Apoio e orientação às famílias e aos acompanhantes de pessoas com deficiência; e</p> <p>VIII - Apoio e orientação, por meio do Programa Saúde na Escola, aos educadores, às famílias e à comunidade escolar, visando a adequação do ambiente escolar às especificidades das pessoas com deficiência.</p>
Atenção especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências	<p>Rede especializada seja ela permanente ou temporária. Este componente da rede conta com Centros Especializados em Reabilitação (CER), Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e Oficinas Ortopédicas, que se constituem em serviço de dispensação, de confecção, de adaptação e de manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM).</p>
Atenção Hospitalar Urgência e Emergência	<p>A Atenção Hospitalar no campo da Urgência e Emergência na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência buscará ofertar um atendimento integral ao paciente. Essa integração acontecerá a partir do momento em que os Centros de Reabilitação (CER) estiverem funcionando. Serão contratualizados os serviços, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde:</p> <p>I - Responsabilizar-se pelo acolhimento, classificação de risco e cuidado nas situações de urgência e emergência das pessoas com deficiência;</p> <p>II - Instituir equipes de referência em reabilitação em portas hospitalares de urgência e emergência vinculadas à ação pré-deficiência;</p> <p>III - Ampliar o acesso e qualificar a atenção à saúde para pessoa com deficiência em leitos de reabilitação hospitalar;</p> <p>IV - Ampliar o acesso regulado da atenção à saúde para pessoas com deficiência em hospitais de reabilitação; e</p> <p>V - Ampliar o acesso às urgências e emergências odontológicas, bem como ao atendimento sob sedação ou anestesia geral, adequando centros cirúrgicos e equipes para este fim.</p>



## 5.1.1- REDE ESPECIALIZADA DE ATENÇÃO À SAÚDE E SERVIÇOS CONVENIADOS

No estado da Paraíba, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência é recente e continua em processo de implantação (Figura 2).

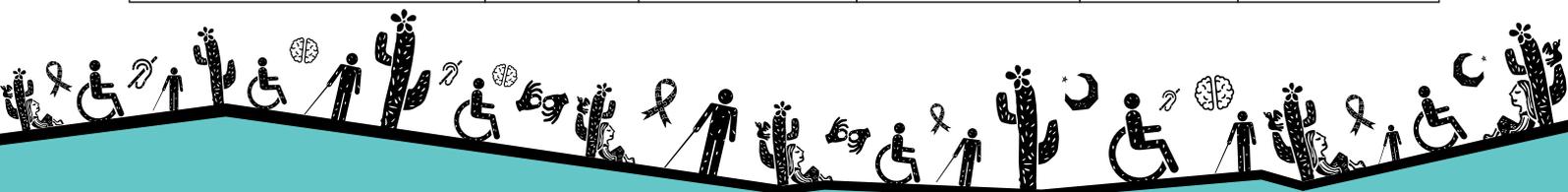


**FIGURA 2: REDE ESPECIALIZADA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA PARAÍBA**

Em 2013, através da Portaria nº778 de 09 de maio de 2013, a FUNAD foi habilitada como o primeiro CER IV do estado. Atualmente existem 13 CERs já implantados e 2 em processo de habilitação (Quadro 7).

### QUADRO 7: RELAÇÃO DE CERS NA PARAÍBA

ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM REABILITAÇÃO AUDITIVA, FÍSICA, INTELLECTUAL, VISUAL, OSTOMIA E EM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS NA PARAÍBA					
Estabelecimento	Tipo	Modalidade	Portaria Habilitação	Gestão	Localização
Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência - FUNAD	CER IV	Auditiva, Física, Intelectual e Visual	Portaria nº 778, de 9/05/2013	Estadual	João Pessoa
Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiência	CER II	Física e Intelectual	Portaria GM nº 3.077, de 28/12/2016	Municipal	João Pessoa



Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)	CER II	Intelectual e Visual	Portaria GM nº 3.164, de 03/12/2019	Municipal	João Pessoa
Centro de Reabilitação Antônio de Souza Maranhão	CER II	Auditiva e Física	Portaria GM Nº 2.910 de 26/12/2016	Municipal	Conde
Complexo Neurofuncional Maria Moura de Aquino	CER III	Física, Visual e Intelectual	Portaria GM nº 3.164, de 03/12/2019	Municipal	Guarabira
Centro de Reabilitação Dr. José Dácio	CER II	Auditiva e Física	Portaria GM nº 3.531, de 17/12/2020	Municipal	Araruna
CER IV Centro Especializado em Reabilitação de Campina Grande	CER IV	Auditiva, Física, Intelectual e Visual	Portaria GM nº 2.918, de 26/12/2016	Municipal	Campina Grande
Centro Especializado em Reabilitação de Catolé do Rocha	CER II	Física e Intelectual	Portaria GM Nº 2.918 de 26/12/2016	Municipal	Catolé do Rocha
Centro de Reabilitação Motora	CER II	Física e Intelectual	Portaria GM nº 2.918, de 26/12/2016	Municipal	Monteiro
CERPPOD	CER II	Física e Intelectual	Portaria GM nº 3.077, de 26/12/2016	Municipal	Patos
Centro Especializado em Reabilitação Doutor Aloysio Pereira Lima	CER III	Física, Intelectual e Visual	Portaria GM nº 440, de 25/03/2019	Municipal	Princesa Isabel
Policlínica Dr. Antônio Quinho	CER II	Física e Intelectual	Portaria GM nº 3.213, de 29/12/2016	Municipal	Piancó
Reabilita - Centro Especializado em Reabilitação de Sousa	CER IV	Auditiva, Física, Intelectual e Visual	-	Estadual	Sousa

Nota: O Reabilita - Centro Especializado em Reabilitação de Sousa é completamente custeado com recursos do Governo do Estado.

Fonte: SES-PB



Além dos serviços supracitados, a Paraíba conta com um CER II (física e visual) localizado na cidade de Santa Rita e outro CER II (física e intelectual) em Cajazeiras que se encontram em processo para habilitação pelo Ministério da Saúde.

Outro aspecto importante na rede especializada de reabilitação constitui-se na política de dispensação de prótese e órtese. A construção de uma Oficina Ortopédica é uma proposta fundamental para o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência no Estado da Paraíba. De acordo com o Instrutivo do Ministério da Saúde, Oficina Ortopédica constitui-se em serviço de dispensação, de confecção, de adaptação e de manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM).

A oficina destina-se à confecção e adaptação de órteses e próteses - calçados, palmilhas e meios auxiliares de locomoção. Em 2021, duas oficinas ortopédicas iniciaram o processo de implantação no Estado. A primeira oficina está sediada na FUNAD, e a segunda está em construção na cidade de Sousa, representando um grande avanço na política de prótese e órtese do estado.

A gestão possui ainda parcerias firmadas com instituições e entidades, mediante convênio com a SEDH, a fim de prestar cuidado e reabilitação para pessoas com deficiência em todo o estado. O quadro abaixo apresenta a relação de entidades conveniadas que prestam cuidados em saúde às pessoas com deficiência no Estado (Quadro 8).

O Governo do Estado tem utilizado como estratégia a ampliação dos pontos de atendimento para a pessoa com deficiência através destes convênios. Considerando que a rede pública não consegue atender toda a demanda crescente, em especial autistas, tem-se estabelecido convênios com instituições da sociedade civil, que possuem o caráter complementar na execução de políticas públicas na área de reabilitação.

O Estado da Paraíba, por meio de planejamento estratégico, assume protagonismo na implementação, monitoramento e gestão do serviço e sua capacidade instalada de atendimento, pautando-se na necessidade dos paraibanos com deficiência e suas demandas em relação à área de reabilitação.

Esse processo de implementação de serviços, a exemplo dos Centros de Atendimentos da Pessoa Autista cujos convênios foram firmados através da SEDH, tem sido intermediado pela FUNAD, enquanto órgão que presta assessoria técnica a SES e a SEDH. Ressalta-se a importância desta ação transversal realizada por estes órgãos e secretarias ancorados em um trabalho conjunto na implementação, no processo de cogestão e monitoramento dos serviços conveniados.



## QUADRO 8: ENTIDADES CONVENIADAS COM A SEDH QUE PRESTAM ATENDIMENTO EM SAÚDE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA PARAÍBA

ENTIDADE	OBJETIVO / SERVIÇO	CIDADE
Associação de apoio aos portadores de necessidades especiais	Atendimento interdisciplinar para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista no Cariri ocidental	Monteiro
Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Campina Grande	Atendimento interdisciplinar para pessoas com deficiência intelectual e múltipla	Campina Grande
Associação Paraibana de Equoterapia	Presta atendimento de Equoterapia para pessoas com deficiência	João Pessoa
Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)	Atendimento interdisciplinar para pessoas com deficiência visual, deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista	João Pessoa
Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste	Acompanhamento e reabilitação de pessoas com deficiência visual, com garantia de alimentação aos usuários atendidos na instituição	Campina Grande
Associação Campinense de Pais de Autistas - ACPA	Atendimento interdisciplinar terapêutico, clínico, educacional e assistência social para crianças e adolescentes com TEA	Campina Grande
Casa Azul	Atendimento interdisciplinar terapêutico, clínico, educacional e assistência social para crianças e adolescentes com TEA no Brejo Paraibano atendendo a Solânea, Bananeiras, Arara, Casserengue, Dona Inês, Belém, Borborema e Serraria	Solânea
<b>Centro de Atendimento ao Autista</b> (Casa Pequeno Davi)	Atendimento interdisciplinar terapêutico, clínico, educacional e assistência social para crianças e adolescentes com TEA	João Pessoa
<b>Centro de Atendimento ao Autista</b> (Associação Campinense de Pais de Autistas - ACPA)	Atendimento interdisciplinar terapêutico, clínico, educacional e assistência social para crianças e adolescentes com TEA na 2ª Macrorregião de saúde, beneficiando 70 municípios.	Campina Grande





Centro de Atendimento ao Autista - Campina Grande

A Lei 14.154 de 27 de maio de 2021 que traz alterações em relação ao Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN). Triagem auditiva (Teste da Orelhinha) e a Triagem ocular (Teste do Olhinho) passam a integrar a identificação e intervenção precoce de deficiência. Esses exames são realizados por profissionais de saúde em pontos de coleta da rede de saúde (Quadro 9).

#### QUADRO 9: INFORMAÇÕES SOBRE OS TESTES DE TRIAGEM NEONATAL

TESTES DE TRIAGEM NEONATAL	OBJETIVO	REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE
Teste do Pezinho	Tem o objetivo de detectar doenças metabólicas, genéticas e/ou infecciosas que podem causar problemas de saúde, como a deficiência intelectual, e que, em sua maioria, podem ser tratadas antes dos primeiros sintomas. Deve ser realizado a partir de 48 horas de vida do bebê até uma semana de nascimento.	Postos de coletas nas Unidades Básicas de Saúde  Hospital de Referência Estadual: Hospital Infantil Arlinda Marques  Laboratório Central de Saúde Pública da Paraíba – LACEN
Teste do Olhinho	O Teste do Olhinho deve ser realizado na primeira semana de vida dos bebês para detectar e prevenir doenças oculares.	Postos de coletas nas Unidades Básicas de Saúde  Hospital de Referência Estadual: Hospital Infantil Arlinda Marques
Teste da Orelhinha	O Teste da Orelhinha é um exame de avaliação auditiva feito em recém-nascidos para o diagnóstico precoce de perda auditiva.	Postos de coletas nas Unidades Básicas de Saúde  Hospital de Referência Estadual: Hospital Infantil Arlinda Marques



A Rede de Saúde Bucal do estado da Paraíba organiza-se em três níveis de atenção: Primária, Secundária e Terciária a fim de prestar cuidado integral. Na atenção secundária ressalta-se que os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos que ofertam atendimento especializado odontológico. Todas as regiões de saúde estão contempladas. Os CEOs deverão ampliar e qualificar o cuidado às especificidades da pessoa com deficiência que necessite de atendimento odontológico no âmbito das especialidades definidas pelos CEO.

A Atenção Secundária em Saúde Bucal é composta por 91 CEOs que atuam como serviços de referência para as equipes de saúde bucal da atenção primária. Todos devem ofertar minimamente as especialidades de endodontia, periodontia, cirurgia oral menor, estomatologia com ênfase no diagnóstico bucal e atendimento a pacientes com necessidades especiais. Do total de CEOs no Estado, 28 (31%) fizeram adesão junto ao Ministério da Saúde à Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (RCPD) e recebem um adicional de 20% no custeio mensal.

A Atenção Domiciliar (AD) é uma modalidade de atenção à saúde substitutiva ou complementar às demais estruturas da Rede, caracterizada por um conjunto de ações de saúde prestadas no domicílio, destinadas ao paciente cujo quadro clínico exija cuidados e tecnologias passíveis de assistência no domicílio, por equipe de saúde específica para este fim. O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) é um serviço substitutivo ou complementar à internação hospitalar ou ao atendimento ambulatorial, responsável pelo gerenciamento e operacionalização das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP). O Quadro 10 traz a quantidade de municípios e equipes que atendem no Serviço de Atenção Domiciliar.

#### **QUADRO 10: SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM FUNCIONAMENTO**

<b>SAD EM FUNCIONAMENTO</b>					
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>MUNICÍPIO AGRUPADO</b>	<b>ESTABELECIMENTO</b>	<b>EMAD TIPO 1</b>	<b>EMAD TIPO 2</b>	<b>EMAP</b>
Areia		Cento de Saúde/ Unidade Básica	0	1	1
Boqueirão	Cabeceiras/Caturité/ São Domingos do Cariri	Serviço de Atenção Domiciliar	0	0	0
Caaporã		USF Centro II	0	1	1
Cajazeiras		Centro de Saúde/ Unidade Básica	1	0	1





## 5.1.2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS

O Governo do Estado tem realizado várias ações em prol da atenção à saúde do segmento. Segue abaixo as principais ações concretizadas no eixo saúde.

### QUADRO 11: AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO NO EIXO SAÚDE

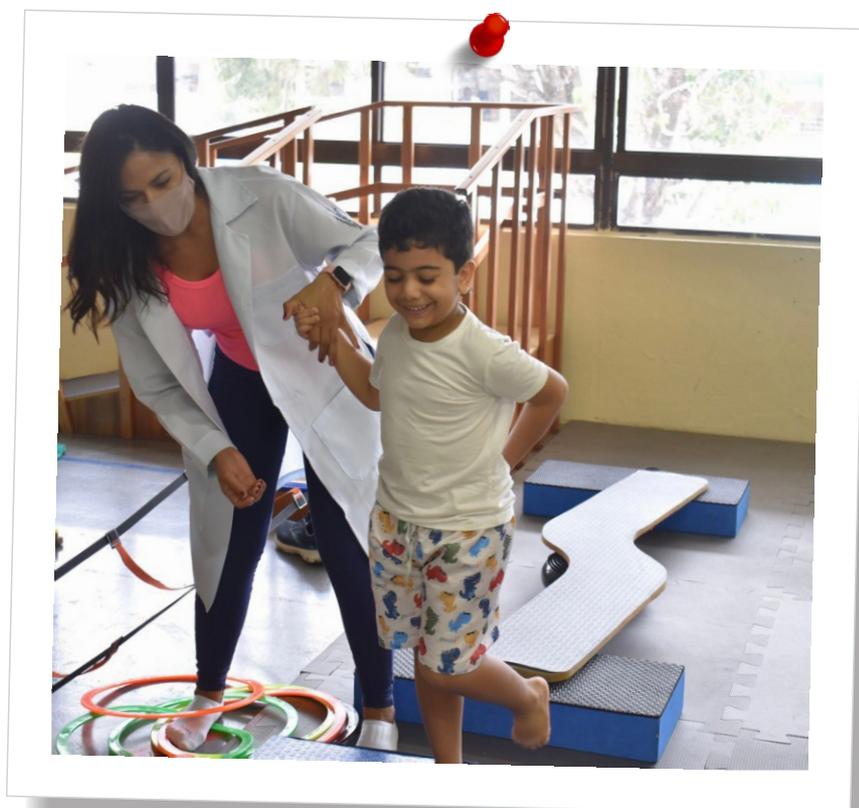
ÁREA (PROPOSTA DE TRABALHO)	AÇÕES/ SERVIÇO	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
Fortalecimento da Rede de Cuidado da Pessoa com Deficiência	Assessoramento Técnico aos Centros Especializados de Reabilitação (CER)	SES-PB SEDH-PB FUNAD	Apoio técnico prestado aos CERs do estado da Paraíba. Ação de caráter permanente.
	Centro de Atendimento à Pessoa Autista (CAA) em João Pessoa	SEDH-PB FUNAD	O CAA, inaugurado em 2020, é um espaço que visa fortalecer a rede de atenção à saúde de pessoas autistas com o objetivo de ampliar o acesso e a intervenção precoce. Atende 300 usuários de forma multidisciplinar.
	Núcleo de Apoio e Diagnóstico à pessoa com Deficiência (NADPD)	SEDH-PB FUNAD	Inauguração do NADPD em 2021, no Hospital de Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande. O serviço realiza diagnóstico e emissão de laudos, acesso a consultas para algumas especialidades e apoio no acompanhamento das pessoas com deficiência.
	Dispensação de Próteses Auditivas através da FUNAD	FUNAD	Em parceria com a Secretaria de Saúde de João Pessoa, a FUNAD realiza a dispensação de próteses auditivas. Em 2021 foram dispensadas 1030 próteses.
	Implantação do Centro de Atendimento ao Autista (CAA) em Campina Grande	SEDH-PB FUNAD	O CAA, inaugurado em 2022, é um espaço que visa fortalecer a rede de atenção à saúde de pessoas autistas com o objetivo de ampliar o acesso e a intervenção precoce. Atenderá 360 usuários de forma multidisciplinar. E será referência na 2ª Macrorregião de saúde, beneficiando 70 municípios.
	Implantação do Serviço de <i>Pediasuit</i> na reabilitação física.	FUNAD	Serviço pioneiro na rede pública estadual de saúde. Programa de reabilitação para criança com paralisia cerebral, microcefalia e outras disfunções neurológicas.



	Caravana Rede Cuidar	SEDH-PB SES-PB	A ação percorreu 13 cidades paraibanas, atendendo diariamente 50 crianças cardiopatas; 40 gestantes e 100 crianças com problemas osteoarticulares. Também serão atendidas crianças com microcefalia ou sequelas neurológicas. Em julho de 2019, foram realizados 1.289 atendimentos. Em 2021, a Caravana realizou triagem do pé torto congênito e de deformidades na coluna; avaliação de luxação do quadril; dedos extranumerários e sindactilia.
	Implantação de serviço de órtese de baixa temperatura para membros superiores na FUNAD	FUNAD	Ampliação do acesso às tecnologias assistivas e garantia de funcionalidade para pessoas com deficiência física no processo de reabilitação com dispensação de dispositivos para membro superior. Implantado em 2019, beneficiando crianças com Microcefalia e Paralisia Cerebral atendidas na FUNAD.
	Ampliação do serviço de estimulação neuropsicomotora precoce da FUNAD	FUNAD	Ampliação em 2019 garantiu maior acesso de crianças ao serviço de estimulação precoce. Colaborar no rastreamento precoce de bebês com atraso neuropsicomotor e risco de TEA.
	Construção de Oficinas Ortopédicas	FUNAD	A construção de oficinas ortopédicas tem como objetivo garantir a distribuição de próteses e órteses para usuários da rede habilitada com a confecção de dispositivos que proporcionem alinhamento biomecânico com maior independência. As oficinas irão atender os dos 223 municípios paraibanos e serão sediadas em João Pessoa e Sousa.
	Implantação do Serviço de Atendimento à Pessoa Autista com a Associação Instituto Casa Azul em Solânea	SEDH-PB	Serviço de reabilitação para autistas do brejo paraibano que apresentam diagnóstico em qualquer nível de severidade e faixa etária, em parceria com a SEDH e a instituição filantrópica Associação Instituto Casa Azul, atendendo a Solânea, Bananeiras, Arara, Casserengue, Dona Inês, Belém, Borborema e Serraria.
	Implantação do serviço de Triagem - Visual e Auditiva na rede pública de ensino	FUNAD	A ação visa garantir o acesso à triagem da população de 04 a 12 anos, bem como o diagnóstico precoce em crianças com alterações nas áreas visual e auditiva. Serviço implantado em 2019. Foram realizadas 1820 triagens, atendendo um público de crianças e jovens que estejam matriculados na rede pública de ensino.
	Ampliação da Associação Paraibana de Equoterapia em João Pessoa-PB	SEDH-PB	Apoio à Associação Paraibana de Equoterapia que atende gratuitamente pessoas com deficiência que se beneficiam através da Equoterapia.



	<p>Construção do Novo Centro de Equoterapia da Polícia Militar em João Pessoa - PB</p>	<p>SEDH-PB</p>	<p>O Centro de Equoterapia da Polícia Militar promove atividades com cavalos para pessoas com deficiência e atualmente recebe 40 pessoas promovendo uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação.</p>
	<p>Inauguração da Brinquedoteca e Sala de Fisioterapia no Espaço do Pequeno Autista do Conde</p>	<p>SEDH-PB</p>	<p>Inauguração em 2021 da brinquedoteca e da sala de fisioterapia para crianças do Espaço do Pequeno Autista, localizado no Centro de Recuperação Feminina Missão Resgate, no Conde. A Casa do Pequeno Autista atende quase 100 crianças, de 2 a 12 anos. Contam com auxílio de uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo e outros profissionais.</p>



Atendimento terapêutico



### 5.1.3 - METAS ESTRATÉGICAS: EIXO SAÚDE

A seguir, os objetivos e as respectivas metas em realização/ a realizar, para atender os princípios estabelecidos e as demandas do segmento. (Quadro 12)

#### QUADRO 12: OBJETIVOS E METAS DO EIXO SAÚDE

OBJETIVO	META	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Fomentar a política de Prótese e Órtese do Estado	Construção de Oficinas Ortopédicas em João Pessoa e em Sousa para atender os 223 municípios paraibanos.	SES-PB FUNAD
	Repactuação com os municípios em relação à dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.	SES-PB FUNAD CGPCD-PB
Qualificação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Realizar oficinas (1 por ano) com profissionais e gestores da rede de atenção especializada, rede especializada e a rede complementar.	SES-PB FUNAD
	Realizar formações com profissionais dos Centros de Atendimento ao Autista sobre a segurança alimentar e nutricional relacionada à pessoa autista.	SES-PB FUNAD SEDH-PB
	Criar e divulgar um Ebook informativo sobre segurança alimentar e nutricional relacionada à Pessoa Autista.	SES-PB FUNAD SEDH-PB
	Potencializar o matriciamento da rede de atenção à Pessoa com Deficiência.	SES-PB FUNAD
	Propor estratégias para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e da Alta complexidade a fim de melhorar referência e contrarreferência na rede.	SES-PB FUNAD
	Fortalecer o diálogo com a Escola de Saúde Pública da Paraíba para capacitação da Rede especializada com ênfase em triagem e diagnóstico da deficiência.	SES-PB FUNAD
	Fortalecer articulação de mecanismos de pesquisa e estudos na área da pessoa com deficiência, do ponto de vista das políticas públicas de inclusão para o segmento, em conjunto com as IES.	SES-PB ESP-PB UEPB
Monitorar e acompanhar o trabalho realizado por entidades conveniadas com Secretarias e órgãos do Estado	Criar uma comissão para discutir a formulação de indicadores e instrumentos para monitoramento dos atendimentos realizados pelas instituições e entidades conveniadas que prestam assistência à Pessoa com deficiência no Estado da Paraíba.	SES-PB FUNAD SEDH-PB



	Fomentar ações dentro da Rede de Atenção à Saúde voltadas para a pessoa com Deficiência de forma a integrar a alta complexidade, atenção especializada e atenção primária a saúde.	SES-PB FUNAD
Fortalecer a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e promover a sua regionalização	Fomentar um sistema integrado no estado de referência e contrarreferência entre os serviços da Rede Especializada de cuidado à pessoa com deficiência	SES-PB FUNAD
	Realizar estudo das regiões de saúde na Paraíba a fim de ter uma visão territorial e propor estratégias de fortalecimento da Regionalização da Rede.	SES-PB
	Realizar agenda trimestral de encontros para fortalecer e aperfeiçoar o fluxo da rede de diagnóstico e reabilitação.	SES-PB
	Realizar estudos para ampliação da Rede de Atenção estadual	SES-PB SEDH-PB FUNAD
Identificar e intervir precocemente em deficiências	Mapear as ações em desenvolvimento no campo da Triagem Neonatal, para potencializá-las.	SES-PB FUNAD

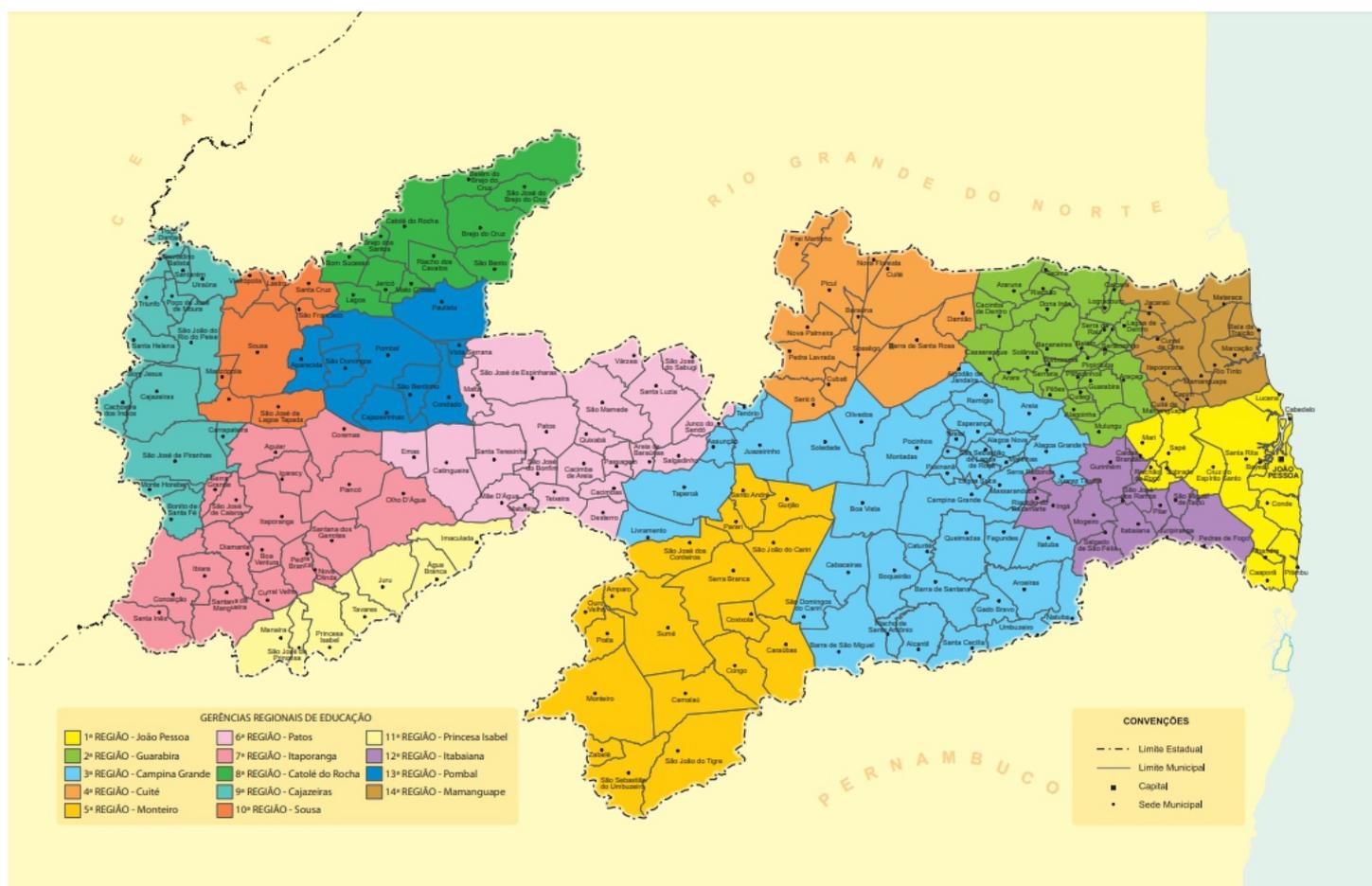
## 5.2 - EIXO EDUCAÇÃO

A busca por uma sociedade inclusiva passa necessariamente por uma escola inclusiva, razão pela qual, o Governo do Estado da Paraíba tem feito esforços no sentido de prover não somente o acesso, já garantido por toda uma série de marcos normativos existentes no Brasil, mas acima de tudo a permanência com sucesso no ambiente escolar.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e da Ciência e Tecnologia/SEECT/PB, tem na Gerência Executiva da Diversidade e Inclusão/GEDI, a missão de gerenciar, acompanhar e monitorar as ações da Educação Especial transversalizando e promovendo ações intersetoriais com as demais políticas e redes de apoio para fins de fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial numa concepção inclusiva em todo o espaço geográfico do Estado da Paraíba (Figura 3).

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço de Educação que identifica e constrói recursos pedagógicos acessíveis, a fim de complementar a formação de alunos com deficiência. Em nível estadual, a oferta de atendimento tem sido realizada nas salas de recursos multifuncionais existentes nas escolas estaduais em 14 Gerências Regionais de Ensino, cujas sedes encontram-se nas cidades de João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana, Pombal e Mamanguape.





**FIGURA 3: GERÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO DA PARAÍBA**



Para suprir demandas de estudantes, tem sido feito a contratação do profissional Tradutor e Intérprete de Libras para garantir a acessibilidade comunicacional dos alunos surdos matriculados, além da contratação de profissionais de apoio escolar para contribuir para a realização das atividades de locomoção, higiene e alimentação dos alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento que apresentem déficit de funcionalidade nas atividades de vida diária, são ações que o Governo do Estado executa mediante a necessidade existente do referido público-alvo.

Na Paraíba, a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência/FUNAD, órgão ligado à SEECT/PB, tem sido um lócus privilegiado de desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas em prol das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público-alvo da Educação Especial.

Para o desenvolvimento das ações educacionais, a FUNAD conta com uma Assessoria de Educação Especial e com a execução dos Programas Federais: Centro de Apoio ao Portador de Deficiência Visual - CAP, Centro de Atendimento aos Surdos - CAS e Núcleo de Atividade de Altas Habilidades/Superdotação – NAAHS que realizam uma gama de serviços, a exemplo da formação de profissionais, do atendimento educacional especializado, da produção de material didático e tecnologia assistiva de baixo custo, além acompanhamento e assessoramento dos programas que favorecem o processo de escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Estado.

O Governo do Estado, através da SEECT e FUNAD desenvolve suas atividades, além de uma perspectiva de interiorização das ações junto às Gerências Regionais de Ensino, como também com as Secretarias Municipais de Educação. Tem-se avançado na oferta de cursos de formação de profissionais na área de educação especial, tendo nestes últimos quatro anos, no período compreendido entre 2019-2022 qualificado 3.621 profissionais da educação em todo o estado, condição sine qua non, para o desenvolvimento de práticas efetivas de inclusão escolar.

Ressalta-se o desenvolvimento de ações que visam o treinamento de professores das Salas de Recursos Multifuncionais de diferentes Regionais de Ensino, através da execução do Plano de Ações Articuladas (PAR) com 195 professores qualificados, de 10 Gerências Regionais de Ensino, abrangendo 46 municípios, entre 2019 a 2022.



O Governo do Estado também tem, na Escola de Serviço Público /ESPEP, um setor que promove, dentre os inúmeros cursos por ela ofertados, formação na área da Educação Especial que visa ampliar o número de profissionais da rede estadual qualificados para o atendimento do público-alvo da Educação Especial na escola.

Ao elaborar a AEPcD-PB, em consonância com os marcos legais e referenciais que preconizam uma sociedade inclusiva, o Estado da Paraíba reforça o compromisso de implantar e implementar as políticas públicas voltadas para o segmento educacional da pessoa com deficiência, contemplando a área educacional no sentido de favorecer uma educação cada vez mais acessível, plural, equitativa. O engajamento de forças, a publicização e a intersectorialidade das ações e o compromisso na execução das metas estabelecidas, farão deste documento norteador, um marco referencial para o exercício da garantia de direitos e empoderamento deste público-alvo.



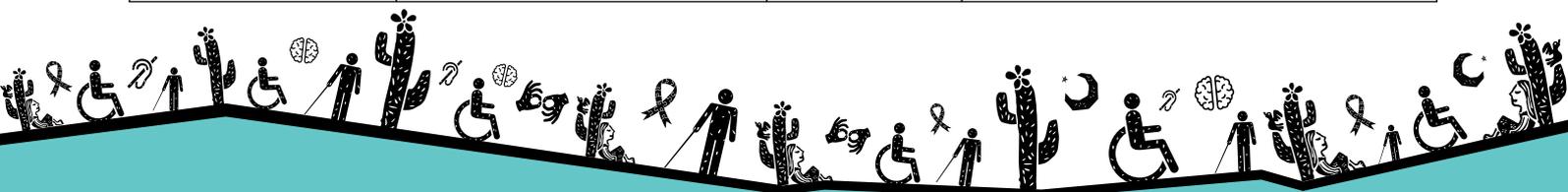
Formação em LIBRAS nos municípios



## 5.2.1- AÇÕES DESENVOLVIDAS

### QUADRO 13: AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO NO EIXO EDUCAÇÃO

ÁREA (PROPOSTA DE TRABALHO)	AÇÕES/ SERVIÇO	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
Fortalecimento das Políticas voltadas para Educação Especial	Implantação do Serviço de Referência de inclusão da Pessoa com Deficiência (SERI) em Guarabira-PB	SEECT-PB FUNAD, SEJEL-PB 2ª Gerência Regional de Ensino do Estado da Paraíba.	O SERI promove a inclusão social através do assessoramento, formação e atendimento na área da educação especial; ofertas de cursos de LIBRAS para surdos, profissionais da educação e toda a comunidade e oferta de atividades nas áreas de paradesporto. O serviço será implantado na Escola Antenor Navarro de Guarabira/PB.
	Fortalecimento da Acessibilidade na Educação	FUNAD	Novos cursos realizados pelo (CAP)/FUNAD e (CAS)/FUNAD.
	Implementação das Ferramentas do Paraíba Educa	SEECT-PB FUNAD	Qualificação para 400 profissionais de todas as Gerências Regionais de Ensino da Rede Estadual, entre eles gerentes, diretores e coordenadores pedagógicos de escolas com Salas de Recursos Multifuncionais, realizada em 2021 pela FUNAD e GEDI/SEECT.
Ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Formação para professores das Salas de Recursos Multifuncionais	SEECT/PB FUNAD	Cursos para professores das Salas de Recursos Multifuncionais, através da execução do Plano de Ações Articuladas (PAR) com 195 professores qualificados, de 10 Gerências Regionais de Ensino, abrangendo 46 municípios, entre 2019 a 2021.
	Construção da sede da Escola de Educação Especial Ana Paula Ribeiro Lira	Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia – SEECT-PB	Construção da Escola Ana Paula, a partir de recursos, já empenhados, do FNDE. A Escola deve proporcionar o Atendimento Educacional Especializado no contraturno escolar aos alunos(as) com deficiência que estão inseridos(as) na Rede Regular de Ensino, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
	Acompanhamento pedagógico em Educação Especial	SEECT-PB FUNAD	Monitoramento pedagógico sistemático, feito nas Escolas da Rede Estadual de Ensino que possuem Salas de Recursos Multifuncionais para atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.
	Construção de Documentos norteadores para aulas remotas da Rede Estadual de Ensino	SEECT-PB FUNAD	Orientações voltadas para aulas remotas da Rede Estadual de Ensino: Guias de Orientação aos Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Salas Regulares quanto às atividades para o público da Educação Especial.



Adotar políticas afirmativas que reduzam as desigualdades e viabilizem o acesso e permanência dos estudantes na rede de ensino.	Implementação de Escolas Técnicas Integradas	SEECT-PB	Implementação de novas Escolas Técnicas Integradas para acesso, permanência e aprendizagem de estudantes na educação profissional técnica de nível médio.
	Inauguração de Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT)	SEECT-PB	Inauguração da ECIT de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima em Campina Grande, em 2019, ampliando o acesso e a aprendizagem de alunos surdos da região. Funcionamento em tempo integral.
	Reestruturação do CAP.	FUNAD	Reestruturação do espaço e aquisição de novas impressoras em Braille.
	Ampliação do NAAHS	FUNAD	Reestruturação do espaço e ampliação da equipe profissional e serviços. O núcleo foi implantado ao longo do primeiro semestre de 2019 com ações voltadas à identificação de novos casos, formação profissional na área e orientações aos familiares para todo estado.



Apresentação artística do grupo Quadrilhando sobre Rodas



## 5.2.2 - METAS ESTRATÉGICAS: EIXO EDUCAÇÃO

### QUADRO 14: OBJETIVOS E METAS NO EIXO EDUCAÇÃO

OBJETIVO	META	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Ampliar as Formações na área de Educação Especial	Qualificar, ao ano, 500 profissionais da Rede de Ensino em Formações Continuidas na área de Educação Especial.	SEECT-PB FUNAD
	Promover cursos na área de Deficiência Visual, para 60 profissionais da Rede de Ensino no período de um ano.	SEECT-PB FUNAD
	Realizar cursos na área de Atendimento Educacional Especializado, para 200 professores no período de um ano de Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Pública de Ensino.	SEECT-PB FUNAD
	Promover formações continuadas na área de Língua Brasileira de Sinais, para 500 profissionais da Rede de Ensino.	SEECT-PB FUNAD
	Promover formação continuada para profissionais de apoio a ser realizada pela ESPEP para fins de contemplar um maior número de profissionais nas Gerências de Ensino.	SEECT-PB
Garantir a efetivação do acesso, permanência e aprendizagem do público-alvo da Educação no ensino regular nas unidades educacionais.	Aquisição de materiais didáticos acessíveis e tecnologia assistiva para os estudantes.	SEECT-PB
	Garantir a contratação de profissionais de apoio escolar, tradutores (as) e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos, transcritores (as) e revisores (as) do Sistema Braille, o acompanhante especializado, mediante a necessidade dos estudantes com deficiência.	SEECT-PB
	Realizar concurso público para interprete e instrutor de LIBRAS.	SEECT-PB
	Garantir o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Estadual de Ensino e ampliar a oferta do atendimento educacional especializado para os estudantes público-alvo da Educação Especial.	SEECT-PB
	Promover a implantação na rede estadual de ensino de Libras como disciplina optativa objetivando garantir a permanência com sucesso do aluno surdo na escola.	SEECT-PB
	Incentivar a iniciação de práticas esportivas e paradesporto para estudantes com deficiência.	SEECT-PB FUNAD
	Adquirir transporte escolar acessível para locomoção de estudantes com deficiência até a escola em cidades polo.	SEECT-PB
	Fortalecer a Rede de Apoio, com os Núcleos de Acessibilidade das Instituições de Ensino Superior.	SEECT-PB



Garantir uma legislação atualizada na área da educação especial numa concepção inclusiva.	Atualizar a Resolução 284/2016 que institui Diretrizes Estaduais para a Educação Especial na Educação Básica, revoga a Resolução CEE/ PB nº 285/2003 e dá outras providências.	SEECT-PB
Fortalecer a educação profissional com vistas à inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho	Fortalecer parceria com o Sistema S (SESI, SENAC, SESA) para a oferta de cursos de formação profissional com vistas à qualificação e inserção no mercado de trabalho. Promover formação continuada na área da educação especial aos profissionais das escolas técnicas estaduais.	SEECT-PB FUNAD
Fortalecer a política de educação especial nas diversas gerências regionais de ensino.	Interiorizar os polos de referência para atendimento pedagógico a estudantes público-alvo da educação especial.	SEECT-PB FUNAD
	Fortalecer as parcerias entre as instituições de ensino superior e o CAP, CAS e NAAHS para fins de formação de profissionais e projetos de extensão e pesquisa que contemplem as demandas do público-alvo assistidos nos Núcleos.	SEECT-PB FUNAD UEPB
	Fortalecer a articulação entre as salas de recursos multifuncionais e o CAP, CAS e NAAHS para fins de identificação do público-alvo e acesso aos serviços ofertados por estes núcleos.	SEECT-PB FUNAD

### 5.3- EIXO INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social deve ser compreendida de forma plena, de acordo com o art. 4º da Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que institui que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Além disso, a lei apresenta princípios fundamentais para a Política Pública Estadual na promoção da Inclusão e garantia dos Direitos.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevê a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento, no âmbito das Proteções sociais.

No que diz respeito à inclusão social, cita-se a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) da Paraíba que desenvolve programas e projetos para este público, além de se configurar como um espaço de diálogo e efetivação de ações coletivas, em parceria com órgãos governamentais, setores privados e organizações da sociedade civil. Deste modo, faz-se necessária a implementação de ações de melhoria da qualidade de vida para o segmento.



### 5.3.1- REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a proteção social básica atua na prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. De modo que a Gestão estadual se orienta por essa lógica para a implantação dos serviços, programas e projetos e benefícios articulados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A SEDH atua na efetivação do SUAS, garantindo a continuidade dos serviços de proteção especial de média complexidade e de alta complexidade. São considerados serviços de média complexidade pela PNAS aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e, portanto, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado. Dentre os serviços de média complexidade cita-se o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Já os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que visam garantir proteção integral àqueles que se encontram em situação de risco elevado, pois muitas vezes não dispõem de acesso ou foram privados de bens mais primários, tais como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. Os riscos aos quais estão sujeitos são ameaça à vida, saúde e integridade física, vítimas de desastres naturais, ou que necessitam ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário. A Tabela 4 apresenta os equipamentos da rede SUAS.

**TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DA REDE SUAS NA PARAÍBA**

Equipamentos da Rede SUAS	Quantitativo de Equipamentos Ativos
CRAS	269
CREAS Municipal	78
CREAS Regional	26
Centro POP	7
Unidades de Acolhimento	57

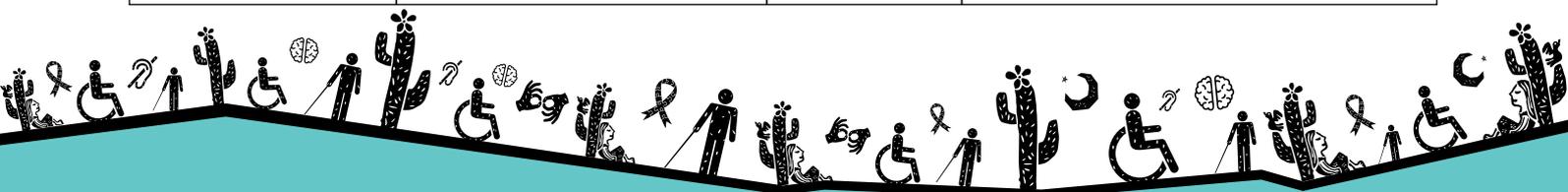
**Fonte: Ministério da Cidadania, CadDSUAS (base corporativa) (Jan/2022); Dados Consolidados PSB/PSE; Censo SUAS 2020**



### 5.3.2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS

#### QUADRO 15: AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO NO EIXO INCLUSÃO SOCIAL

ÁREA (PROPOSTA DE TRABALHO)	AÇÕES/ SERVIÇO	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
Incentivo ao lazer e Desporto para a pessoa com deficiência.	Estruturação e expansão dos polos do Programa Paraíba Paralímpica	SEJEL -PB Gerência executiva de paradesporto	Implantação de 42 polos de Treinamento para a participação em esportes paralímpicos de pessoas com qualquer tipo ou grau de deficiência. O programa atende a 604 atletas com deficiência.
	Bolsa Esporte 2020/2021	SEJEL -PB	Foram contemplados 76 atletas/técnicos com bolsa no Programa Paraíba Paralímpica.
Acesso ao Passe Livre para Pessoa com Deficiência.	Garantia do serviço de Passe Livre para a Pessoa com Deficiência	FUNAD	Ampliação do acesso à carteira do Passe Livre na Paraíba.
	Implantação da Emissão da Carteira de Identificação da Pessoa Autista (CIPTA)	FUNAD	O Governo do Estado da Paraíba, através da FUNAD, foi o estado pioneiro a dar cumprimento às Leis Federal nº 13.977/2020 e Estadual nº 11.210/2018, com a emissão imediata de tais carteiras.
Fortalecimento do Empregabilidade da pessoa com deficiência na Paraíba.	Programa Empreender Paraíba	FUNAD	O Programa Empreender Paraíba contemplou 23 usuários em 2019 através da Instrução Normativa 002/2019. Em 2021, foram abertas 810 vagas no total. As vagas foram destinadas às linhas de Crédito: Empreender Pessoa Física, Empreender Juventudes, Profissional Liberal, Profissional Liberal Juventudes e Empreender Mulher. Em 2022, 17 pessoas com deficiência assinaram contratos para ampliar seus negócios.
	Convênio do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)	ICPAC/ Departamento Estadual de Transito - DETRAN -PB	Convênio firmado entre DETRAN/PB e ICPAC para incentivar a empregabilidade da pessoa com deficiência. Em 2021, foram contemplados 61 usuários em João Pessoa e 17 em Campina Grande.
	Encaminhamento de pessoas com deficiência para mercado de trabalho	SINE FUNAD	Trabalho de encaminhamento de usuários (as) as empresas conforme vagas disponíveis diariamente, assim como orientações e cursos relacionados à qualificação e a capacitação profissional.
	Garantia de convênios com instituições de atendimento à pessoa com deficiência	SEDH-PB	Foram firmados convênios com entidades em 2020/2021 pela SEDH com objetivo de fortalecer políticas para pessoas com deficiências e doenças raras em diversas regiões.



### 5.3.3- METAS ESTRATÉGICAS: EIXO INCLUSÃO SOCIAL

#### QUADRO 16: OBJETIVOS E METAS NO EIXO INCLUSÃO SOCIAL

OBJETIVO	META	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Traçar o panorama da Pessoa com Deficiência no Estado da Paraíba.	Realizar o Censo Estadual da Pessoa com Deficiência Paraíba.	SEDH-PB FUNAD
	Instituir uma agenda bimestral para mobilização do Censo Estadual da Pessoa com Deficiência Paraíba.	SEDH-PB FUNAD
	Fortalecer a pactuação com os municípios paraibanos para aplicação do Censo Estadual da Pessoa com Deficiência Paraíba.	SEDH-PB FUNAD
	Apresentar relatório do Censo para sociedade civil, gestores públicos e entidades.	SEDH-PB FUNAD
Articular ações dentro das secretarias e órgãos do Estado da Paraíba em prol de Políticas Públicas de inclusão social da pessoa com deficiência.	Fomentar uma ação anual de combate à discriminação da pessoa com deficiência com representantes de cada órgão e secretaria do Estado.	SEDH-PB SEMDH SECOM
	Oferta do Curso de Libras para os profissionais dos serviços de atendimento em atenção ao SUAS.	SEDH-PB
	Interiorizar a Central de Libras a fim de facilitar o acesso aos serviços/espacos de Direitos dos usuários da central na garantia de direito à pessoa surda na Paraíba.	SEDH-PB
	Garantir que alunos da Rede Pública Estadual sejam incluídos e permaneçam no ensino superior através da cota de concessão de bolsas de Graduação. (FONTE: PPA 2020-2023)	SEECT-PB
	Promover a articulação entre SEDS e PB-TUR, visando o diálogo com as instituições filantrópicas que, de acordo com o PPA 2020 – 2023, serão apoiadas financeiramente pelo Estado, visando que sejam incluídas instituições que atuam com pessoas com deficiência. (FONTE: PPA 2020-2023)	SEDS PBTUR
	Expandir a participação popular no ciclo do Orçamento Democrático Estadual como processo de discussão da população com o Governo do Estado.	ODE
Criar, monitorar e divulgar indicadores relativos à inclusão social da pessoa com deficiência.	Manter atualizado os dados referentes ao BPC.	SEDH-PB
	Monitorar dados do turismo na Paraíba, permitindo conhecer os números do turismo e alimentando os bancos de projetos dos municípios turísticos da Paraíba. (FONTE PPA 2020-2023)	PBTUR



Ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho	Promover cursos trimestrais formação e qualificação profissional para pessoas com deficiência que acessam os serviços da FUNAD ou referenciados por outros serviços.	FUNAD
	Sensibilizar a realização de atividades, eventos e feiras visando estimular o empreendedorismo de pessoas com deficiência.	FUNAD PBTUR
	Realizar treinamento e palestras para empreendedores de todo o estado dentro do recorte da pessoa com deficiência.	PBTUR
JusInclui – Fortalecer o pleno exercício dos direitos humanos da pessoa com deficiência a partir do acesso à justiça.	Realizar atendimento itinerante em municípios com maiores índices de exclusão social enfatizando a pessoa com deficiência. (FONTE PPA 2020-2023)	Defensoria Pública
	Produzir e divulgar uma cartilha impressa e digital com os direitos humanos das pessoas com deficiência.	Defensoria Pública
	Realizar atendimento jurídico especializado a pessoa com deficiência na Paraíba. (FONTE PPA 2020-2023)	Defensoria Pública
	Promover campanhas de orientação e informação para a pessoa com deficiência nas áreas criminal, cível, da infância e juventude dos direitos humanos e da violência doméstica. (FONTE PPA 2020-2023)	Defensoria Pública
Ampliar o acesso da pessoa com deficiência à produção artística e incentivar o consumo cultural em todas as regiões da Paraíba.	Implantar cineclubes em 48 municípios paraibanos, dotando-os de acervo com obras paraibanas e capacitando a equipe técnica responsável por sua gestão. (FONTE PPA2020-2023)	SECULT
	Ampliar a utilização dos diversos equipamentos da FUNESC, através dos grupos culturais, garantido maior capacidade de ações e desenvolvimento artístico sensibilizando para o recorte da pessoa com deficiência. (Fonte: PPA 2020-2023)	SEECT-PB
	Visibilizar as manifestações e expressões culturais da pessoa com deficiência a partir no seu contexto identitário, cultural e geolocal.	SECULT
	Realizar oficina, treinamento, feiras e festivais buscando o protagonismo de pessoas com deficiência no âmbito cultural.	SECULT
Fomentar o Turismo e Lazer como instrumento de garantia da inclusão da pessoa com deficiência.	Implementar 16 (dezesseis) projetos e pesquisas que propiciem inclusão realizadas pela Fundação Casa de José Américo. (FONTE PPA 2020-2023).	
	Desenvolver um plano de gestão turística da área do Parque Estadual das Itacoatiaras, planejando as atividades, usos e possibilidades para dinamização da economia do turismo na localidade. Órgão responsável: Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico.	SEDS-PB PBTUR
Ampliação do acesso das pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza às políticas de assistência social.	Promover a segurança alimentar e nutricional no estado da Paraíba, priorizando povos e comunidades tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. (FONTE PPA 2020-2023)	SEDH-PB





## 5.4.1- AÇÕES DESENVOLVIDAS

### QUADRO 17: AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO NO EIXO ACESSIBILIDADE

ÁREA (PROPOSTA DE TRABALHO)	AÇÕES/ SERVIÇO	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
Fortalecimento Rede de cuidado da Pessoa com Deficiência do Estado para melhoria da infraestrutura.	Ginásio paradesportivo José Belarmino de Souza do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano SEDH-PB	O equipamento possui uma área total de 1.429,72 m <sup>2</sup> , sendo 1.331,04m <sup>2</sup> de área de ginásio, três vestiários, banheiros adaptados e estacionamento com capacidade para 30 veículos. O equipamento vai auxiliar na reabilitação de 390 alunos com deficiência visual, que agora poderão praticar diversos esportes do paradesporto.
	Reforma na Lavanderia pública de São Sebastião do Umbuzeiro	SEDH-PB	Conclusão de uma lavanderia pública da cidade de São Sebastião do Umbuzeiro, no Cariri paraibano. A obra da reforma foi entregue à população com uma adequação nos banheiros, tornando-os acessíveis para pessoas com deficiência.
	Entrega do projeto de acessibilidade da Fundação Casa de José Américo	SEDH-PB FUNAD	As obras contemplaram ambientes como o Museu e Arquivo dos Governadores. O projeto completa o plano de acessibilidade para todas as edificações existentes, de forma integrada a um sistema de rampas de acesso, permitindo a visitação de pessoas com deficiência.
	Reforma e ampliação do Ginásio Poliesportivo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. (APAE)	SEDH-PB	Convênio firmado para reforma e ampliação de Ginásio Poliesportivo adaptado na APAE- CG.
	Reforma e ampliação do Ginásio paradesporto do Instituto dos Cegos de Campina Grande.	SEDH-PB	Convênio firmado para reforma e ampliação de Instituto dos Cegos de Campina Grande.



## 5.4.2 - METAS ESTRATÉGICAS: EIXO ACESSIBILIDADE

### QUADRO 18: OBJETIVOS E METAS NO EIXO ACESSIBILIDADE

OBJETIVO	META	SECRETARIA/ ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Orientar os municípios e seus respectivos gestores sobre a acessibilidade e desenho universal.	Criação da Cartilha “Afinal, o que é acessibilidade? ”, documento criado pelo Governo do Estado com noções instrutivas e o que todo gestor municipal precisa saber sobre a acessibilidade e desenho universal.	SEDH-PB FUNAD
Criação de mecanismos de monitoramento e produção de dados sobre acessibilidade nos equipamentos públicos estaduais.	Criação do “Observatório da Acessibilidade”. Com vistas a monitorar as construções e reformas dos prédios públicos.	CGPcD-PB FUNAD UEPB SEDH-PB PBTUR-PB
	Produzir relatórios para fomentar ações estratégicas para eliminar barreiras arquitetônicas nos equipamentos públicos do Estado.	CGPcD-PB FUNAD UEPB
	Assessorar na produção de projetos arquitetônicos de acessibilidade em edificações públicas.	CGPcD-PB FUNAD UEPB
Propor e monitorar através do “Observatório da Acessibilidade”, critérios de acessibilidade.	Garantir acessibilidade na execução do projeto Orla através da participação do segmento de pessoas com deficiência, nos comitês gestores do Projeto Orla nos 9 (nove) municípios (Pitimbu, Conde, João Pessoa, Cabedelo, Lucena, Mataraca, Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto).(Fonte: PPA 2020- 2023)	CGPcD-PB FUNAD UEPB
Viabilizar a acessibilidade para pessoas com deficiência em edificações de uso público.	Garantir acessibilidade arquitetônica, conforme NBR 9050 <sup>1</sup> na adaptação do Centro Administrativo. (Fonte: PPA- 2020 -2023)	SEDH-PB
	Propor adequações nas estruturas nos CAMPI da UEPB a partir da articulação entre CGPcd-PB e a Comissão de Acessibilidade da Instituição.	UEPB
	Reestruturar o espaço físico da Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes da FCJA. Criar um espaço adequado para Criação e instalação do Centro Paraibano de Cultura Popular e um Centro da Cultura de Cordel na FCJA.	SECULT
	Garantir a presença de interpretes para a realização de provas de habilitação no DETRAN em Campina Grande.	SEECT-PB
Garantir a acessibilidade das Casas Populares nas áreas Urbanas e Rurais	Acompanhar a construção, reforma e recuperação de casas populares, um total de 9.150 casas populares em municípios de todo o Estado da Paraíba. (Fonte: PPA - 2020-2023)	CGPcD-PB
Garantir a acessibilidade em Unidades Sócio educativas.	Monitorar, através do Observatório da Acessibilidade, a estruturação Física das Unidades Socioeducativas da FUNDAC, de modo a assegurar aos adolescentes em cumprimento de medida de restrição e privação de liberdade, instalações físicas e de acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000), habitabilidade e parâmetros do SUS na atenção básica. Modernização das Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar. (Fonte: PPA 2020/2023)	SEIRHMA FUNDAC SEDH-PB



Estimular a implantação de tecnologia assistiva.	Garantir que a sede de Parques Tecnológicos um na cidade de João Pessoa e o outro em Sousa, bem como, os <i>Coworkings</i> (escritórios compartilhados) que serão construídos, ofereçam tecnologia assistiva para o público alvo. (Fonte: PPA 2020/2023)	SEECT-PB
Projeto Terminais acessíveis.	Monitorar a implantação do Terminal de Múltiplos Usos no Porto de Cabedelo.	SEIRHMA
Estimular a participação da pessoa com deficiência na prática de esporte e atividade física orientada.	Promover e apoiar o desenvolvimento do Esporte em todos os segmentos da sociedade, construindo e executando melhorias nas instalações de centros, ginásios e quadras para as práticas esportivas.	SECULT
	Garantir que critérios de acessibilidade sejam considerados na Construção, Ampliação, Reforma e Adaptação de Instalações Esportivas em todo o Estado. (Fonte: PPA 2020-2023)	SECULT
Facilitar o acesso das pessoas com deficiência à carteira de passe livre intermunicipal nas diversas regiões do Estado.	Promover a descentralização do acesso às carteiras de passe livre.	FUNAD
	Implantar da carteira de passe Livre Digital.	FUNAD
Fortalecimento da Política da Pessoa com Deficiência no Estado da Paraíba	Revisão e Atualização do estatuto da FUNAD	FUNAD

## 6- AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS

O Decreto 41.241 de 10 de maio de 2021 define as competências do CGPcD. Dentre estas, situa-se a autorização de solicitar informações, dados e indicadores de quaisquer órgãos da administração pública direta e indireta do poder Executivo Estadual. Essa competência reafirma o compromisso deste comitê no processo de monitoramento das ações propostas nesta agenda, a fim de garantir a efetivação das políticas públicas voltadas para o segmento.

Além da apresentação de ações estratégicas da AEPcD-PB, propõe-se, portanto, a criação de uma comissão de monitoramento composta por representantes desse comitê que atuará em constante interlocução com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. O acompanhamento e produção de dados relacionados às metas indicadas nos eixos temáticos ocorrerão através de ciclos semestrais de acompanhamento e produção de relatórios.

Esses documentos de caráter oficial deverão conter indicadores referentes às condições socioeconômicas e de acesso, cuja ampla divulgação poderá fomentar intervenções em busca da qualificação de resultados das políticas públicas, serviços e ações dirigidas as pessoas com deficiência no estado da Paraíba.





# AEPD-PB

AGENDA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PESSOA  
COM DEFICIÊNCIA DA PARAÍBA / 2022 - 2025



SECRETARIA DE ESTADO  
DO DESENVOLVIMENTO  
HUMANO



GOVERNO  
DA PARAÍBA

